



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ELIANE EPIFANE MARTINS

**PRÁTICAS DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES-  
MEMÓRIA DA CIDADE DE BELÉM (PARÁ)**

JOÃO PESSOA  
2017

ELIANE EPIFANE MARTINS

**PRÁTICAS DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES-  
MEMÓRIA DA CIDADE DE BELÉM (PARÁ)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Área de Concentração: Informação, Conhecimento e Sociedade, Linha de Pesquisa: Organização, Acesso e Uso da Informação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto.

JOÃO PESSOA  
2017

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Eliane Epifane Martins

M379i Martins, Eliane Epifane

Práticas de preservação da memória social nas instituições-  
memória da cidade de Belém (Pará) / Eliane Epifane Martins. -- João  
Pessoa, 2017.

101 f.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade  
Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto.

1. Memória. 2. Instituições-memória. 3. Patrimônio cultural. 4.  
Práticas de preservação. I. Azevedo Netto, Carlos Xavier de, *orient.* II.  
Título.

ELIANE EPIFANE MARTINS

**PRÁTICAS DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES-  
MEMÓRIA DA CIDADE DE BELÉM (PARÁ)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Área de Concentração: Informação, Conhecimento e Sociedade, Linha de Pesquisa: Organização, Acesso e Uso da Informação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

  
Prof. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto  
Orientador/Presidente da Banca Examinadora – PPGCI/UFPB

**Prof<sup>o</sup>. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto**  
**Orientador (PPGCI-UFPB)**

  
Prof.ª. Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira  
Membro Interno – PPGCI/UFPB

**Prof.ª. Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira**  
**(PPGCI-UFPB)**

  
Prof.ª. Dra. Gisele Rocha Côrtes

**Prof.ª. Dra. Gisele Rocha Côrtes**  
**(PPGCI-UFPB)**

*Aos meus pais.*  
**DEDICO.**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por me abençoar enquanto estive estudando e morando sozinha na cidade de João Pessoa (PB).

Aos meus pais, *Raimundo Virgolino Martins* e *Filomena Epifane Martins*, que dedicaram suas vidas em prol da minha educação, apesar de muitas dificuldades conseguiram formar suas filhas.

As minhas irmãs, *Evely Epifane*, que sempre atendia o telefone com muito carinho dando-me orientação quanto a alimentação, a *Elivane Epifane*, que desde que adentrei na universidade segurou as finanças da família enquanto eu estudava, a *Elane Epifane*, que sempre esteve preparada com alguma solução caso eu precisasse de ajuda. Elas sempre estiveram presentes em todas as fases da minha vida acadêmica, dando-me o apoio para que a minha caminhada seguisse sem muitas preocupações.

Aos meus tios, *Oséas Virgolino* e *Fátima Virgolino*, os quais me acompanharam e são fundamentais na minha vida e da minha família, são os maiores incentivadores da minha realização profissional.

Aos meus sobrinhos, *Suzana Martins* e *João Martins*, que estavam me esperando em casa sempre que chegava de viagem.

Em especial a *Alexandre Assunção da Costa*, meu amigo, companheiro, colega de profissão, meu amor, a pessoa que reuniu forças para aguentar minhas ausências nos momentos em que não pude estar presente comemorando nossas datas de namoro, aniversários, enfim, meu obrigado.

Ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, que me proporcionou condições necessárias para conclusão desta obra.

Ao meu orientador Professor *Carlos Xavier de Azevedo Netto*, por todas as orientações no decorrer do curso e por sempre responder às minhas dúvidas. Agradeço também pela oportunidade que me foi proporcionada no grupo de pesquisa “Informação e Patrimônio”, no qual pude estar realizando pesquisa de campo no sertão da Paraíba e trazer para minha vida acadêmica memórias únicas.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo financiamento desta pesquisa.

As professoras *Bernardina Oliveira* e *Gisele Côrtes*, pelas indicações feitas na qualificação desta pesquisa.

Aos professores do PPGCI e aos colegas da turma de mestrado (2015), *Edcleyton Fernandes, Laiana Sousa, Fabiano Serrano, Adriana Alves, Mayara Machado, Thamyres Rodrigues e Clebson Leandro*, pelos momentos de descontração e pela amizade.

Em especial a minha amiga *Gabriella Oliveira*, que foi minha companheira em todos os momentos deste mestrado, onde dividimos risos e lágrimas, madrugadas e dias inteiros, jamais esquecerei a saga pela qual passamos em Salvador/BA.

Aos amigos, *Luiz Eduardo Silva, Sérgio Santana, Laelson Felipe e Deysenara dos Anjos*, por me ajudarem nos momentos em que mais precisei e por fazerem parte da minha vida durante o período em que estive morando em João Pessoa.

Por fim, a professora *Diana Santiago* do Curso de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal da Bahia, por conceder a minha participação no exame de proficiência deste programa, permitindo diretamente que este sonho não fosse interrompido, minha eterna gratidão.

Te trago da minha terra  
O que ela tem de melhor  
Um doce de bacuri  
Um curió cantador  
Trago da minha cidade  
Tudo o que lá deixei  
Dentro do bolso a saudade  
E na mala o que sei

E eu sei tão pouco menina  
Desse planeta azul  
Sei por exemplo que o norte  
Fica pros lados do sul  
Sei que o Rio de Janeiro  
Deságua em Turiaçú  
Sei que você é pra mim  
O que o ar é pro urubu

Te trago da minha terra  
O que ela tem de melhor  
Tigela de açai  
Bumba-meu-boi dançador  
Trago da minha cidade  
Tudo o que lá deixei  
Numa das mãos a vontade  
E na outra o que sonhei.

*Da minha terra - Nilson Chaves.*

MARTINS, Eliane Epifane. **Práticas de preservação da memória social nas instituições-memória da cidade de Belém (Pará)**. 2017. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

## RESUMO

Esta pesquisa objetiva caracterizar as instituições-memória da cidade de Belém/PA e suas práticas preservacionistas do patrimônio cultural, compreendendo do ponto de vista histórico as funções e objetivos destas instituições, além de apresentar as práticas de preservação e as estratégias traçadas para a preservação de seus patrimônios culturais. O aporte teórico teve como base autores como: Halbwachs (2003), Nora (1993), Gondar (2005), Assmann (2011), Dodebei (1997) Sant’Anna (2009), entre outros. O percurso metodológico se ateve a pesquisa documental, pesquisa de campo e análise documental, que teve como base a obra “A pesquisa histórica: teoria e método”, de Júlio Aróstegui (2006) seguindo os caminhos que o autor orienta para construção de uma pesquisa documental. Como resultado, identificou-se oito instituições-memória, isto é, o Arquivo Público do Estado do Pará, Museu do Estado do Pará, Museu de Arte de Belém, Museu do Círio, Museu de Arte Sacra do Pará, Museu do Forte do Presépio, Museu das Gemas do Pará e o Centro de Memória da Amazônia. Por fim, são apresentadas as práticas e estratégias de preservação dos patrimônios culturais, em que, cada instituição-memória aplica de forma diferenciada e de acordo com as quantidades de recursos financeiros que recebem.

**Palavras-chave:** Memória. Instituição-memória. Patrimônio cultural. Práticas de preservação.

MARTINS, Eliane Epifane. **Practices of preservation of social memory in institutions-memory of the city of Belém (Pará)**. 2017. 101 f. The Thesis (Master's Degree in Information Science) - University Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

### **ABSTRACT**

This research aims to characterize the memory institutions of the city of Belém/PA and conservation practices of cultural heritage, understanding of the historical point of view the functions and objectives of these institutions, in addition to presenting preservation practices and strategies established for the preservation of their cultural heritage. The theoretical contribution was based on authors such as: Halbwachs (2003), Nora (1993), Gondar (2005), Assmann (2011), Dodebei (1997) Sant ' Anna (2009), among others. The methodology here employed is supported by fieldwork, documental research, and documental analysis, which is in its turn based on the work "The historical research: theory and method", by Júlio Aróstegui (2006). As result, eight memory institutions was identified: Public Archive of the State of Pará, Museum of the State of Pará, Art Museum of Bethlehem, Museum of the Candle, Museum of Sacred Art, Museum of the Fort of the manger, Museum of Gems of Pará and the Memory Center of Amazonia. Finally, cultural heritage preservation strategies and practices are presented, in addition to how those memory institutions spend their budgets.

**Keywords:** Memory. Memory institution. Cultural heritage. Preservation practices.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Estratégias de Preservação dos Patrimônios Culturais das Instituições-memória da Cidade de Belém .....	20
<b>Quadro 2</b> – Avaliação das fontes documentais, segundo Aróstegui (2006).....	22
<b>Quadro 3</b> – Práticas de preservação identificadas no Arquivo Público do Estado do Pará .....	50
<b>Quadro 4</b> – Práticas de preservação identificadas no Museu do Estado do Pará.....	56
<b>Quadro 5</b> – Práticas de preservação identificadas no Museu de Arte de Belém.....	62
<b>Quadro 6</b> – Práticas de preservação identificadas no Museu do Círio.....	67
<b>Quadro 7</b> – Práticas de preservação identificadas no Museu de Arte Sacra do Pará.....	73
<b>Quadro 8</b> – Práticas de preservação identificadas no Museu do Forte do Presépio.....	78
<b>Quadro 9</b> – Práticas de preservação identificadas no Museu de Gemas do Pará.....	84
<b>Quadro 10</b> – Práticas de preservação identificadas no Centro de Memória da Amazônia .....	89

## LISTA DE IMAGEM

<b>Imagem 1</b> - Faixada do Arquivo Público do Estado do Pará.....	47
<b>Imagem 2</b> - Parte Interna do Arquivo Público do Estado do Pará.....	48
<b>Imagem 3</b> - Documento iniciando a higienização .....	51
<b>Imagem 4</b> - Faixada do Museu do Estado do Pará .....	52
<b>Imagem 5</b> – Salão Renascença (MEP) .....	55
<b>Imagem 6</b> – Salão Império do Museu do Estado do Pará.....	55
<b>Imagem 7</b> – Faixada do Museu de Arte de Belém .....	58
<b>Imagem 8</b> – Fotografia do salão “Verde” do Museu de Arte de Belém.....	60
<b>Imagem 9</b> – Fotografia do salão “Dourado” do Museu de Arte de Belém.....	61
<b>Imagem 10</b> – Entrada do Museu do Círio.....	64
<b>Imagem 11</b> – Peças do acervo do Museu do Círio .....	66
<b>Imagem 12</b> – Faixada do Museu de Arte Sacra do Pará.....	69
<b>Imagem 13</b> – Peças do acervo do Museu de Arte Sacra.....	71
<b>Imagem 14</b> – Entrada do Museu do Forte do Presépio.....	74
<b>Imagem 15</b> – Peças do Museu do Forte do Presépio, protegidas por vidraças.....	79
<b>Imagem 16</b> – Faixada do Museu de Gemas do Pará.....	80
<b>Imagem 17</b> – Faixada do Centro de Memória da Amazônia.....	85
<b>Imagem 18</b> – Livro “Rol dos Culpados” (CMA) .....	86
<b>Imagem 19</b> - Acervo do CMA e a falta de proteção contra os raios solares .....	90

## **LISTA DE SIGLAS**

**APEP** – Arquivo Público do Estado do Pará

**BENANCIB** - Repositório do Encontro Nacional de Pesquisas em Pós-graduação em Ciência da Informação

**BRAPCI** - Base Referencial de Revistas de Biblioteconomia e Ciência da Informação

**CMA** - Centro de Memória da Amazônia

**CONARQ** - Conselho Nacional de Arquivos

**FUMBEL** – Fundação Cultural de Município de Belém

**IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**IGAMA** - Instituto de Gemas e Joias da Amazônia

**MABE** - Museu de Arte de Belém

**MAS** - Museu de Arte Sacra

**MEP** - Museu do Estado do Pará

**MGP** – Museu de Gemas do Pará

**MUBEL** - Museu da Cidade de Belém

**PPGCI** – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

**SEICOM** - Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração

**SIM** - Sistema Integrado de Museus e Memoriais

**SECULT** - Secretaria de Estado de Cultura do Estado do Pará

**TJ/PA** - Tribunal de Justiça do Estado do Pará

**UFPA** - Universidade Federal do Pará

**UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>2 PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>19</b>
<b>3 ANCORAGEM TEÓRICA DA PESQUISA.....</b>	<b>23</b>
<b>3.1 Memória e sua institucionalização.....</b>	<b>23</b>
<b>3.2 Patrimônio Cultural .....</b>	<b>32</b>
<b>3.3 Preservação dos Patrimônios Culturais .....</b>	<b>37</b>
3.3.1 Práticas de Preservação dos Patrimônios Culturais .....	41
<b>4 INSTITUIÇÕES-MEMÓRIA DA CIDADE DE BELÉM.....</b>	<b>46</b>
<b>4.1 Arquivo Público do Estado do Pará.....</b>	<b>47</b>
4.1.1 Caracterização do Arquivo Público do Estado do Pará.....	47
4.1.2 As práticas de preservação .....	49
<b>4.2 Museu do Estado do Pará .....</b>	<b>52</b>
4.2.1 Caracterização do Museu do Estado do Pará.....	52
4.2.2 As práticas de preservação .....	56
<b>4.3 Museu de Arte de Belém .. ..</b>	<b>58</b>
4.3.1 Caracterização do Museu de Arte de Belém .....	58
4.3.2 As práticas de preservação .....	62
<b>4.4 Museu do Círio .....</b>	<b>63</b>
4.4.1 Caracterização do Museu do Círio .....	64
4.4.2 As práticas de preservação .....	67
<b>4.5 Museu de Arte Sacra do Pará.....</b>	<b>68</b>
4.5.1 Caracterização do Museu de Arte Sacra do Pará.....	69
4.5.2 As práticas de preservação .....	72
<b>4.6 Museu do Forte do Presépio .....</b>	<b>73</b>
4.6.1 Caracterização do Museu do Forte do Presépio .....	74
4.6.2 As práticas de preservação .....	77
<b>4.7 Museu de Gemas do Pará .....</b>	<b>79</b>
4.7.1 Caracterização do Museu de Gemas do Pará.....	80
4.7.2 As práticas de preservação .....	83
<b>4.8 Centro de Memória da Amazônia.....</b>	<b>85</b>
4.8.1 Caracterização do Centro de Memória da Amazônia.....	85
4.8.2 As práticas de preservação .....	87

<b>4.9 Estratégias de Preservação dos Patrimônios Culturais das Instituições-memória de Belém .....</b>	<b>90</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>94</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>97</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é sobre práticas de preservação dos patrimônios culturais salvaguardados nas instituições-memória da cidade de Belém (Pará), que surgiu a partir do momento em que, toma-se conhecimento do Centro de Memória da Amazônia (CMA), que promove ações e projetos de preservação de seus patrimônios culturais, através de cursos e seminários. Neste caminho, ao participar de alguns eventos na instituição, surge o estímulo para investigar sobre as instituições-memória e suas práticas de preservação dentro do contexto da cidade de Belém. Assim, somou-se, a curiosidade em se conhecer quais as instituições-memória que a cidade possui, junto com a preocupação contribuir para manter preservados os patrimônios culturais que estão em seus recintos.

Para discorrer sobre essa temática foi necessário compreender primeiramente conceitos de instituição-memória. Desse modo, ressalta-se que, instituições-memória possuem característica de guardiões de referenciais e são espaços de recordações de uma memória construída coletivamente, ou seja, diferencem-se de outras instituições quando preservam os referenciais de memória pertencente “seja de um indivíduo, de um segmento social, de uma sociedade ou de uma nação” (FRAGOSO, 2008, p.65), são espaços que possibilitam a representação compartilhada do imaginário de uma memória construída no passado e definidas como, “órgãos públicos ou privados, instituídos social e politicamente com o fim de preservar a memória” (FRAGOSO, 2008, p.65).

Neste sentido, toda e qualquer comunidade para se manter unida deve dispor de elementos que a caracterizem tanto no espaço como no tempo. Quando essas comunidades adquirem um grau de complexidade nos seus modos de vida, surge a necessidade de institucionalização de algumas de suas práticas. Nesse contexto é que aparecem as instituições memória, como instância de preservação e construção das memórias coletivas/sociais (FRAGOSO, 2008).

Assim, compreendendo a importância de estudos sobre instituições-memória, a problematização do presente trabalho, parte da carência de estudos acerca da memória, bem como sua institucionalização, dentro do escopo da Ciência da Informação, para a região Norte do País, em especial a cidade de Belém (PA). Tal afirmativa vem com base no levantamento realizado na Base Referencial de Revistas de Biblioteconomia e Ciência da Informação (BRAPCI), entre 1972 e 2016, nos repositórios institucionais dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação, como também no Repositório do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (BENACIB), onde não foram obtidos

resultados nas buscas empreendidas acerca da temática preservação da memória e instituições memória referentes à Belém (PA).

A partir dessa constatação, questiona-se: quais são as instituições-memória existentes na cidade de Belém? Quais os tipos de acervos que estas possuem? E quais as práticas e estratégias de preservação adotadas por estas instituições-memória na salvaguarda dos patrimônios culturais alocadas em seus recintos?

O objetivo geral desta pesquisa é caracterizar as instituições-memória da cidade de Belém/PA e suas práticas preservacionistas do patrimônio cultural.

Os objetivos específicos são:

- i. Mapear as instituições-memória na cidade de Belém;
- ii. Compreender do ponto de vista histórico as funções e objetivos das instituições-memória da cidade de Belém (Pará);
- iii. Identificar as práticas de preservação do patrimônio cultural adotadas por estas instituições-memória e;
- iv. Traçar as estratégias de preservação do patrimônio cultural das instituições-memória, considerando a distribuição espacial

Nesse sentido, compreendendo a importância do desenvolvimento de pesquisas científicas sobre práticas de preservação dos patrimônios culturais, no escopo da Ciência da Informação, e, levando em consideração que o exercício da cidadania é ter ideias que podem interferir em uma realidade, esta pesquisa contribuirá para ampliar o conhecimento e inserir as instituições-memória da cidade de Belém no contexto destes estudos, apresentando o quadro atual das diversas práticas de preservação dos patrimônios culturais, já que, no campo científico da Ciência da Informação, estudos sobre práticas de preservação direcionados as instituições-memória desta cidade e da região norte, são incipientes. E principalmente, esta pesquisa visa expressar que, a preservação detém a grandiosidade de manter viva a memória de testemunhos materiais e imateriais, repletos de significados, valores e relações humanas, em diversos aspectos que a envolveram, e sua contribuição fortalecerá para continuidade das culturas, das identidades e da cidadania.

No que concerne à estrutura da dissertação, esta é organizada em cinco partes. A primeira parte é referente ao Capítulo 1, que é da Introdução.

O capítulo 2 trata do percurso metodológico, que se ateve a pesquisa documental, pesquisa de campo e análise documental, tendo como base a obra de Júlio Aróstegui “Pesquisa histórica: teoria e método”.

O capítulo 3 trata da sustentação da pesquisa, que labora a conceituação da memória e sua institucionalização; explicita os aspectos do patrimônio cultural e sua preservação; e, expõe conceitos de prática da preservação.

O capítulo 4 aborda a constituição das instituições-memória da cidade de Belém, apresentando as características, as práticas e as estratégias utilizadas para sua preservação das seguintes; Arquivo Público do Estado do Pará (APEP); Museu do Estado do Pará (MEP); Museu de Arte de Belém (MABE); Museu do Círio; Museu de Arte Sacra do Pará (MAS); Museu do Forte do Presépio (MFP); Museu de Gemas do Pará (MGP) e Centro de Memória da Amazônia (CMA).

Por fim, o capítulo 5 onde são traçadas as Considerações Finais.

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo discorre-se sobre a metodologia adotada para a execução da pesquisa. Dessa maneira, esta é uma pesquisa descritiva, que Cervo, Bervian e Silva (2007, p.61) definem como aquela que “procura descobrir, com maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características”, neste sentido, trabalha sobre dados ou fatos colhidos da realidade.

A pesquisa tem em sua composição a pesquisa documental, que visa investigar “documentos com o propósito de descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características” CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 62), além de pesquisa de campo e análise documental.

Para iniciar o trabalho, realizou-se a pesquisa documental e, em seguida, foram utilizados os seguintes instrumentos: a pesquisa de campo e a análise documental.

O universo da pesquisa é delimitado as instituições-memória da cidade de Belém, isto é, o Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), Museu do Estado do Pará (MEP), Museu de Arte de Belém (MABE), Museu do Círio, Museu de Arte Sacra (MAS), Museu do Forte do Presépio (MFP), Museu de Gemas do Pará (MGP) e Centro de Memória da Amazônia (CMA).

Em relação à pesquisa de campo, este serviu como base para a coleta de dados referente, às práticas e estratégias de preservação dos patrimônios culturais, que somente foram possíveis de serem observadas durante as visitas às instituições. Tomamos como parâmetro para identificação das práticas de preservação, a política de preservação do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST<sup>1</sup>.

No decurso da pesquisa de campo utilizou-se da entrevista como instrumento de coleta de dados, a qual foi aplicada devido a impossibilidade de se identificar visualmente algumas das práticas e as estratégias de preservação. Nesse sentido, as entrevistas foram livres e no total de quatro.

Desta forma, foi possível coletar dados para identificação da missão institucional, as práticas de preservação, as estratégias de preservação, os regulamentos, estatutos ou regimentos das instituições e conhecer os espaços físicos e o estado de preservação dos patrimônios culturais.

---

<sup>1</sup> Disponível em: [http://www.mast.br/pdf/politica\\_de\\_preservacao\\_de\\_acervos\\_institucionais.pdf](http://www.mast.br/pdf/politica_de_preservacao_de_acervos_institucionais.pdf)

**Quadro 1:** Estratégias de Preservação dos Patrimônios Culturais das Instituições-memória da Cidade de Belém.

<b>INSTITUIÇÕES</b>	<b>ENTREVISTADOS</b>
▪ <i>Museu de Arte de Belém.</i>	1. Waldereis Araújo (Restauradora)
▪ <i>Museu do Estado do Pará;</i> ▪ <i>Museu do Círio;</i> ▪ <i>Museu do Forte do Presépio;</i> ▪ <i>Museu de Arte Sacra;</i> ▪ <i>Museu de Gemas do Pará.</i>	2. Renata Maués (Restauradora)
▪ <i>Arquivo Público do Estado do Pará.</i>	3. Leonardo Torii (Diretor)
▪ <i>Centro de Memória da Amazônia.</i>	4. Mauro Porfírio (Arquivista)

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

A pesquisa foi realizada em oito instituições-memória da cidade de Belém e foram selecionadas, as de âmbito federal, estadual e municipal. As visitas ocorriam em dias úteis da semana, sendo que, algumas informações sobre as práticas de preservação só foram obtidas, após autorização da direção da instituição, caso do Arquivo Público do Estado do Pará, Centro de Memória da Amazônia e Sistema Integrado de Museus e Memórias.

As autorizações ocorreram após contato por telefone ou por e-mail com as instituições-memória, onde, em todos os pedidos, foram explicados os objetivos e a importância da pesquisa para a preservação da memória social da cidade de Belém. No entanto, durante a pesquisa de campo surgiram dificuldades em relação às solicitações para autorização das entrevistas. As respostas às solicitações demoravam e ultrapassavam de um a três meses, algumas não foram respondidas por e-mail, sendo necessário o comparecimento à instituição.

Em relação à análise documental, esta tem como referencial a obra intitulada; “A pesquisa histórica: teoria e método”, de Júlio Aróstegui. Para o autor a análise documental “poderia ser definida como o conjunto de princípios e de operações técnicas que permite estabelecer a fiabilidade e adequação de certo tipo de informações para o estudo e explicação de um determinado processo histórico” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 508). Neste enfoque, é preciso determinar que a pesquisa não se detenha apenas a descrever as instituições, mas compreender e interpretar a partir do ponto de vista informacional suas missões e objetivos.

De acordo com Aróstegui (2006), no processo de análise documental, as fontes devem possuir duas características importantes, a fiabilidade e a adequação. Neste viés, instigou-se a priorizar as fontes fiáveis e adequadas, tendo como base o passo a passo da obra de Júlio Aróstegui (2006), que delimita os tramites da análise documental.

Desta forma, a pesquisa está organizada em:

- 1) Visitações as instituições-memória;
- 2) Fontes bibliográficas e documentais, referente às instituições-memória.

Enquanto que a massa documental é composta por:

- 3) Materiais escritos: livros, teses, dissertações, artigos de periódicos, publicação em meio de comunicação oficial (Diário Oficial da União), portfólios e regimentos internos;

Nesse sentido, a fiabilidade inclui fatores como a autenticidade, a deputação da informação e a contextualização.

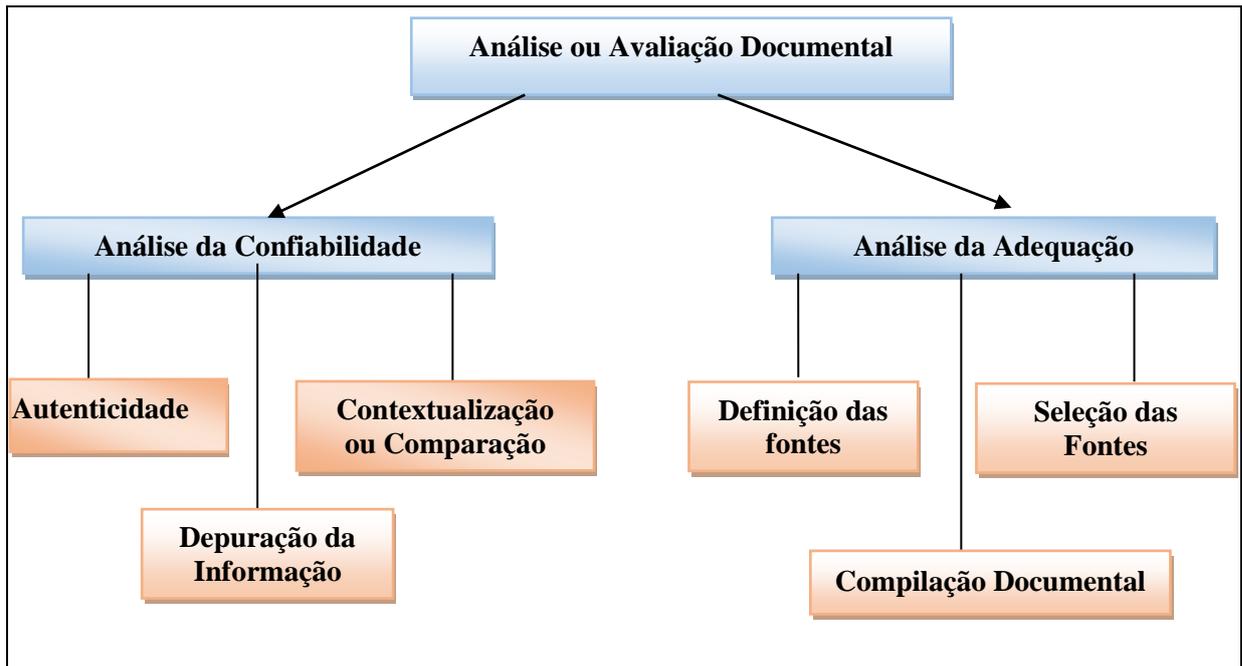
Para Aróstegui (2006), a adequação abrange a tarefa de analisar conteúdos teóricos, pois faz parte do processo de avaliação das fontes, embora possam surgir problemas como a falta de informações confiáveis ou a descoberta de novas informações.

Na fase da avaliação da confiabilidade das fontes documentais, objetivou-se em verificar a autenticidade destas, depurando as informações que não tinham carácter confiáveis, como algumas que foram construídas por pessoas, para exaltar uma das instituições-memória, mas, que não condiziam com os fatos, portanto, foram eliminadas.

Em uma avaliação da adequação, é necessário verificar a demanda de informações, ou seja, os “tipos de documentos requeridos, quantidade de informação precisa e a variedade dos suportes e dos conteúdos” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 511), além da recompilação documental, que envolve a coleta das fontes, “a busca de fontes confrontáveis e comparáveis e a possibilidade de análise de tais fontes” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 512), e por último a seleção, que envolve “a hierarquização das fontes, confrontação com as primeiras pressuposições e novas buscas em função do resultado das confrontações” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 512).

O quadro 2, revela como é esquematizado pelo autor, o processo de avaliação das fontes documentais.

**Quadro 2** – Avaliação das fontes documentais, segundo Aróstegui (2006).



Fonte: Adaptado da obra “A pesquisa histórica: teoria e método” de Júlio Aróstegui (2006, p. 510).

Dessa forma, a partir das análises da confiabilidade e adequação, são definidas as fontes documentais, sem determinar número, considerando-se a variedade dos suportes e dos conteúdos. Quanto à compilação documental (identificação das fontes), a sua coleta ocorreu em bibliotecas físicas e digitais, arquivos físicos e digitais, repositórios institucionais e no recinto das instituições.

Para a seleção das fontes, foi utilizado o processo da confiabilidade documental, sendo composta por: materiais como livros, teses, dissertações, artigos de periódicos, publicação em meio de comunicação oficial (Diário Oficial da União), portfólios, recortes de jornais e regimentos internos, além de materiais visuais como, documentários jornalísticos, fotografias, pinturas e obras de arte. Portanto, a análise documental possibilitou, caracterizar as instituições-memória, estabelecer a cronologia de fundação de cada instituição-memória e compreender as missões e objetivos das instituições.

### 3 ANCORAGEM TEÓRICA DA PESQUISA

O presente capítulo aborda o contexto do referencial teórico e, tem como base, os autores, os quais estudiosos de temas e que dão sustentação para esta pesquisa, reportando sobre: conceitos de memória, instituição-memória, patrimônio cultural, preservação dos patrimônios culturais e práticas de preservação dos patrimônios culturais.

#### 3.1 Memória e sua institucionalização: a conceituação

O conceito de *Memória* é introduzido no campo das Ciências Sociais pelo sociólogo francês, Maurice Halbwachs, em 1925, através da obra intitulada “*Les cadres sociaux de la mémoire*”, isto é, “Os quadros sociais da memória”, onde começa a refletir sobre a forma como é construída a memória coletiva.

Para este autor, é a partir da junção de lembranças de indivíduos que viveram ou vivem dentro de um contexto social e, que, ao evocar essas lembranças junto a um grupo, constroem uma memória coletiva. Contudo, diversos pensadores já haviam refletido sobre a temática, sendo Henri Bergson e Émile Durkheim, os que mais influenciaram Halbwachs em suas reflexões.

Segundo Cordeiro (2013) é na obra de Durkheim, “As formas elementares da vida religiosa”, que Halbwachs fundamenta seus estudos sobre memória no campo sociológico. No entanto, é importante ressaltar que, no campo das Ciências Sociais, da Filosofia e da Psicologia, a tratavam a memória a partir de uma perspectiva individual e, Halbwachs amplia para uma perspectiva coletiva. Neste diapasão, o autor reflete sobre os contextos sociais como ponto de referência para construção de uma memória coletiva, pois, é através deles, que grupos de indivíduos reconstróem suas lembranças.

A partir do cenário retratado por Halbwachs, esta construção ocorre nos quadros sociais e, os indivíduos na sua subjetividade, contribuem para a continuidade. Entretanto, é na relação entre ele e outros indivíduos, que a memória está constantemente evoluindo. Ressaltada aí, a necessidade da presença dos indivíduos, pois aqueles que se distanciam do grupo, deixam de fazer parte do quadro social e de contribuir para a construção da memória estagnando sua participação.

Em vista disso, “é preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns (...) o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo” (HALBWACHS, 2003, p. 39).

Porém, não é a presença material que influenciará na construção da memória coletiva, mas, as lembranças construídas a partir do momento que se evoca sobre a materialidade do lugar. Por exemplo, Halbwachs (2003, p. 31) determina que “para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível”.

Sob a ótica de Halbwachs (2003) a memória possui duas facetas, a memória interna ou pessoal e a memória externa ou histórica, mantendo uma forte ligação entre a memória e a história. Enquanto que a primeira parte das experiências vividas dos indivíduos, a segunda parte do compartilhamento que estes indivíduos realizam dentro do tecido social. Dessa maneira, a partir desta visão, “não há lembranças que reaparecem sem que de alguma forma seja possível relaciona-la ao grupo (...) na base de qualquer lembrança haveria o chamamento a um estado de consciência puramente individual que chamamos de ‘intuição sensível’ ” (HALBWACHS, 2003, p. 42).

O autor coloca, assim, a íntima relação que vai existir entre as memórias individuais e coletivas, onde a evocação de passado de um indivíduo não se dá de modo autônomo, mas há a necessidade que se recorra à lembrança dos outros indivíduos, com isso “o funcionamento da memória individual não é possível sem que esses instrumentos, que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente” (HALBWACHS, 2003, p. 72).

Então, o indivíduo, ao evocar seu passado, remete à memória de outros, posto que carrega consigo as memórias que foram emprestadas de outros indivíduos. Portanto, “os quadros sociais da memória não conduzem à datas, à nomes e à fórmulas – eles representam correntes de pensamento e de experiência em que encontramos nosso passado apenas porque ele foi atravessado de tudo isso” (HALBWACHS, 2003, p. 86).

Esse processo da constituição das memórias, leva em conta os riscos do seu desaparecimento, para tanto Pierre Nora passa a refletir sobre os lugares de memória como uma tentativa de salvaguarda da memória dos grupos através de uma fixação em algum local, pois “sentimento de comunidade torna-se residual aos locais” (NORA, 1993, p. 7).

Para o autor, o que acarreta o desaparecimento da memória é justamente a aceleração da história que proporciona uma ruptura com o passado, fazendo com que o sentimento de continuidade detenha-se aos lugares de memória, que segundo ele “se habitássemos ainda

nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares” (NORA, 1993, p. 8). Isso significa dizer que, consagram-se lugares como símbolos das nossas memórias. Todavia, o fenômeno da mundialização foi um fator que influenciou na descontinuidade da memória, fazendo com a memória da lembrança fosse substituída. Nesta panorâmica, a proporção em que expandiu este fenômeno, também, conduziu ao fim das sociedades-memória, das ideologias-memória, resultando em uma memória direcionada a efemeridade da atualidade, a qual acelera a distância entre a memória e a história, pontuando efeitos que romperam as fronteiras das identidades.

Sob este enfoque, Nora (1993, p. 9) detém-se a distinguir a memória da história, construindo o conceito de que:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. [...] A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; [...] a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. [...] A memória instala a lembrança no sagrado, [...]. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. [...] A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. [...] A memória é um absoluto.

Conforme citação, o autor caracteriza a memória primeiramente como uma construção social entre indivíduos e grupos, sendo carregada de consciência, tendo a permissão para uma evolução no sentido de construir lembranças, mas, ao mesmo tempo, esquecer, que podemos caracterizar como elementos que se mantem mesmo que involuntário as construções das memórias. Ressalte-se que, além de ser aberta aos diálogos, a memória é passível de vulnerabilidade, quando utilizada como instrumento de manipulação.

Em relação à história, Nora (1993, p. 9) descreve que esta, é uma reconstrução “sempre problemática e incompleta do que não existe mais”, é um fenômeno do passado, motivado por fatos que ficaram no passado e que estão ligados por um tempo cronológico, identificada através da continuidade de tempo, ou seja, “a história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas” (NORA, 1993, p. 9), não é uma construção social abastecida de vivências, ela não legitima um passado vivido. Para o autor, a história

parece não fazer parte do presente, ficando intacta, sendo contada sem causar efeitos que provoque nos grupos, sentimento de pertinência.

A memória para Nora é fenômeno atual, completo, que não se detém a detalhes, ela é viva, pertence a grupos de seres humanos, é algo que legitima o passado vivido, compensado nos lugares de memória, que é onde florescem e vive-se do sentimento. Motivo este pelo qual afirma: “que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, motorizar atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993, p. 13), é preciso preservar a memória através dos lugares.

Neste caso, os lugares de memória existem e, neles a memória poderá ser fixada na tentativa de salvá-la, ou seja, são “lugares salvos de uma memória na qual não mais habitamos, [...] mas onde palpita ainda algo de uma vida simbólica” (NORA, 1993, p. 14). Mas, os lugares de memória são abastecidos de três características, o material, o simbólico e o funcional.

Material no sentido de estar revestido por uma simbologia, funcional quando garante “a cristalização da lembrança e sua transmissão” e simbólica, quando “caracterizada por um acontecimento ou uma experiência vivida por um pequeno número uma maioria que deles não participou” (NORA, 1993, p. 22). Como exemplos, localizam-se museus, arquivos, bibliotecas, centros de documentação, memoriais, além de monumentos, santuários, cemitérios, entre outros, são locais onde a memória pode estar repleta de sentidos. Nesse enfoque, os lugares simbólicos manifestam-se as identidades, enquanto que os lugares funcionais correspondem à base para as memórias sociais, que são as memórias dos grupos.

Para Nora (1993), a memória necessita de suportes, por isso ele especifica o arquivo como um lugar de memória, que na sua perspectiva possui característica de lugar que preserva e têm “sinais de reconhecimento e de pertencimento de um grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais ou idênticos” (NORA, 1993, p. 13). Todavia, preserva o que Leibniz denomina como “memória em papel”, característico deste tipo de instituições.

Sob o prisma de Gondar (2005), a memória é dividida em quatro proposições das quais a primeira é referendada como de caráter polissêmico, transversal ou transdisciplinar. Polissêmico no sentido de que, a memória assume vários contornos, possui vários conceitos construídos a partir da transversalidade ou transdisciplinaridade de diversas disciplinas, que se cruzam funcionando como uma verdadeira rede que comunga para um mesmo projeto de conhecimento, ou seja, as disciplinas são instâncias que se utilizam da memória para elaborar a multiplicidade de conceitos e favorecer a ampliação das discussões entorno da temática da

memória. Sendo assim, a memória social não pertence a nenhuma disciplina específica, ela percorre por diversos campos do conhecimento e neste percurso são construídos seus diversos conceitos.

A segunda proposição, Gondar (2005, p. 17) reflete sobre o caráter ético e político do conceito de memória social, em que:

Uma apresentação panorâmica e pretensamente imparcial sobre as diversas noções de memória social pode parecer aberta às diferenças, mas de fato encobre uma pretensão totalizante em que as diferenças se esvaem, pois se o conceito de memória social apresenta significações diferentes, isso não quer dizer que elas sejam equivalentes. Qualquer perspectiva que tomemos será parcial e terá implicações éticas e políticas.

Com isso, a memória assume seu caráter parcial, pois encobre implicações éticas e políticas, envolvidas por questões que podem influenciar a permanência de determinados grupos, mantendo as estruturas de poder vigentes. Conseqüentemente, por trás da parcialidade está a manutenção do poder de alguns grupos. Quer dizer, a memória social pensada por esse aspecto implica compreender a intencionalidade daqueles que se utilizam da memória, já que, ela está sempre ligada a dimensão ética e política.

A terceira proposição, Gondar (2005) traz a memória como uma construção processual, algo que se move e está em constante construção, independente de tempo cronológico. Desta forma, a memória é construída dentro de contextos, os quais indivíduos e grupos estão inseridos, sendo que, ela não é uma reconstituição de fatos, ela é construída no momento em que nos proponhamos a contá-la, a manter viva, a recorda-la, a materializa-la, pois é a partir dela que que referenciamos o passado, verificamos a evolução das sociedades construímos nossa identidade.

A quarta proposição, Gondar (2005, p. 22) afirma que “a memória não se reduz à representação, [...] se reduzirmos a memória a um campo de representações, desprezamos as condições processuais de sua produção” (GONDAR, 2005, p. 23). Assim, a autora faz uma reflexão sobre a forma como a memória não deve ser vista, deixando de ser considerada como representações estáticas de um passado, mas antes, como produtos de fluxos e contra fluxos sociais de uma coletividade no processo de construir seu passado através de referências que ficaram dele.

Partindo para uma perspectiva mais ampla, Assmann (2011) em sua obra “Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural”, discute a relevância da temática a

partir de diferentes horizontes, isto é, suas funções, seus suportes e o seu armazenamento, destacando o arquivo como lugar de memória.

Na visão de Assmann (2011), a memória possui funções, a memória *ars* (arte) e a memória *vis* (potência) e estão diferenciadas a partir da forma como são utilizadas. A primeira tem um sentido de técnica e é reconhecida tradicionalmente através da utilização da mnemotécnica, “que objetivava o armazenamento confiável e a recuperação idêntica das informações inseridas na memória” (ASSMANN, 2011, p. 32), a segunda, envolve as chamadas câmaras e onde estão localizadas a imaginação, a razão e a memória. Nesse composto de funções, a memória é vista a partir da tradição da mnemotécnica e da tradição psicológica, identificada pela autora como sentidos internos.

Refletir sobre os diversos horizontes da memória, permitiu que Assmann (2011) discutisse também sobre o caráter cultural da memória, que foi entrelaçado a questões antropológicas, envolvendo formas de recordações como a memorização dos mortos, que significou uma prática até o século XVIII, mas que, devido mudanças no sistema jurídico os mortos que eram sujeitos jurídicos perderam seus significados.

Ressalve-se que, a fama, outra forma de recordação tratada na obra como uma garantia de imortalidade para engrandecer os feitos humanos, é presente até o século atual. Entretanto, Assmann (2011) nos conduz ao entendimento de que, a fama nem sempre foi considerada para destacar feitos humanos, pois o Holocausto referendado como uma desconstrução do ímpeto da fama permite refletirmos sobre a memória dos mortos.

A memória em Assmann (2011) obedece a uma gama variada de nuances e nas obras de Shakespeare, propõem-se a refletir sobre três dimensões, a fim de investigar a recordação em relação a identidade pessoal, que trata do esquecimento e da recordação manifestados nos indivíduos; a recordação e história, que trata do “uso político de recordações históricas, mas também da questão da possibilidade ou impossibilidade de aniquilamento de recordações perigosas” (ASSMANN, 2011, p.71) e a recordação e nação, que trata do significado que as obras dramáticas de Shakespeare, contribuem para “uma nova construção da história, bem como da questão sobre as circunstâncias sob as quais uma nação necessita de uma história” (ASSMANN, 2011, p. 71). Nesse interim, essas três dimensões permitem entendermos a contribuição da autora sobre a luta da recordação no processo de construção das identidades.

Neste entendimento, Assmann (2011) destaca dois modos de recordação, a memória funcional, que está vinculada a identidade de um portador, ou seja, grupos, instituições ou indivíduos, e tem como característica a seletividade que liga passado, presente e futuro, e que também pode ser associada à memória coletiva e a memória habita. O outro modo de

recordação é a memória cumulativa que “é desvinculada de um portador específico” (ASSMANN, 2011, p. 146), inabitada ou histórica, que separa passado, presente e futuro, pois não evoca valores e normas.

Refira-se que, a memória funcional pode ser utilizada de três formas, através da legitimação, deslegitimação e da distinção. As duas primeiras envolvem propósitos políticos, no entanto, uma servirá para homenagear seus próprios feitos e a outra é usada para deslegitimar o que era legitimado, e a terceira, que envolve simbologias para expressar uma identidade coletiva.

Sendo assim, a identidade é um dos pressupostos da memória funcional, pois nela o sujeito é portador ou depositário, que constrói e torna disponível o seu passado. Por esse motivo, a memória que nos interessa é a memória social que está inserida no recinto das instituições como, arquivos, bibliotecas, museus entre outros e que pertence a um grupo, preservada como patrimônio cultural e que representa indivíduos que produziram excedentes de memória.

Neste aspecto, as instituições-memórias desempenham o papel de manter os legados humanos organizados, catalogados e, sobretudo, disseminados para facilitar o acesso e uso da informação e do conhecimento, este que são perspectivas da memória. Essa memória caracteriza-se em excedentes produzidos pela civilização, que produzem artefatos tangíveis e intangíveis e que promovem através destes a representação dos tempos, dos espaços, das identidades e das culturas.

Segundo Dodebei (1997, p. 136-137), as instituições-memória dedicam-se a “preservação e a disseminação das memórias e trabalham com traços e vestígios sociais, quer sejam produtos da literatura, da administração política e social, ou da produção de bens artísticos e culturais”. Desta forma, considere-se arquivos, bibliotecas, museus, centros de memória, institutos, fundações, espaços culturais, entre outros, como exemplos de instituições-memória, pelo fato de em seus espaços estarem preservados artefatos documentais, que simbolizam a memória de um indivíduo, grupo ou nação.

Indo além, podemos afirmar ainda que as instituições-memória são espaços democráticos de representação da memória social, onde os indivíduos revivem, revocam e rememoram lembranças do passado e constroem em suas subjetividades o imaginário referente ao passado ou como se deu o passado.

Segundo Von Simson (2000, p. 68) em “Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação”, as instituições-memória realizam:

A produção racional e organizada de uma memória perdida, ao invés de constituir como depositário de uma memória vivida, a qual só pode existir nos grupos sociais que apresentam intensa vivência coletiva e forte identidade cultural.

Nesta concepção, a autora refere-se às formas com que as instituições-memória tratam a memória, defendendo-as como fontes de uma “memória viva”, libertando-se da ideia de depósitos de memórias.

Para a autora, as instituições-memória realizam uma tarefa social semelhante às exercidas pelos idosos no passado, considerados guardiões da memória, que transmitiam experiências e vivências, oriundas do seu grupo social para as novas gerações, mas com o crescimento do volume de informações, surgiram instituições voltadas ao processo de “seleção, coleta, organização, guarda e manutenção adequada e divulgação da memória de grupos sociais” (VON SIMSON, 2000, p. 65), que na atualidade é exercida pelos museus, arquivos, bibliotecas, centros de memória, entre outros, isto é, realizam o processo de tratamento das informações e disponibilizam para a sociedade.

Marques (2010) em “O museu como sistema de informação” define que, as instituições-memória possuem papéis específicos na sociedade, e nelas estão contidos os testemunhos materiais e imateriais dos seus criadores. Essa contribuição enriquece a relação das instituições-memória com a própria memória e Azevedo Netto (2007) em “Informação e memória: as relações de pesquisas” traz esse enriquecimento através do seu entendimento de que, a memória não está contida apenas em monumentos, mas existe em outros meios que registram o cotidiano na forma de objetos da cultura material. Visto deste ângulo, as transformações dos objetos em documento são essenciais para garantia de conhecimento às futuras gerações.

Em relação aos museus como instituições-memória, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) define como “casas de memória” construídas para o “encontro” do passado com o presente “locais da sensibilidade, das emoções que os suportes de memória possibilitam” (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2011, p. 11), e que Chagas (1997, p. 51) define como espaços que proporcionam “testemunhos materiais”, no entanto:

[...] estes testemunhos materiais (alguns com valor de mercado) associam-se valores simbólicos e espirituais de diferentes matizes. Assim, o tesouro guardado nos museus não está necessariamente relacionado a valores monetários. Esse tesouro museológico, apenas aparentemente reside nas coisas, uma vez que as coisas estão despidas de valor em si. (CHAGAS, 1997, p. 51)

Conforme citação, os museus são criados para serem instituições de preservação da memória social e sem fins lucrativos, portanto, são por natureza instituições públicas, que de acordo com o Código de Ética para Museus, detém “a responsabilidade de preservar e promover suas coleções, contribuindo para salvaguardar o patrimônio natural, cultural e científico” (COMITÊ BRASILEIRO DO INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS, [2005], p. 7).

Desta forma, fazem o intermédio entre o passado e o presente a partir de elementos simbólicos, que não possuem valor econômico, mas que são verdadeiros tesouros que representam testemunhos materiais ou imateriais de uma sociedade.

Neste entendimento, Loureiro, J. e Loureiro, M. (2007) em “Museus e divulgação científica: singularidades da transferência da informação científica em ambiente museológico”, qualificam os museus como instituições de memória que coletam, preservam, pesquisam, organizam e expõem os bens que integram os patrimônios culturais e são ditos por Sampaio e Oliveira (2003, p. 39) em “Memória, museus e Ciência da Informação: uma perspectiva interdisciplinar” como fornecedores de “subsídios para a preservação da informação memorialística, apresentando-se como guardiões e disseminadores dessas memórias”, ou como fontes de conhecimento, que precisam existir para que as culturas e as identidades não desapareçam.

Em relação às bibliotecas e aos arquivos, Camargo (2006) amplia a discussão para o propósito destas instituições-memória, que enquanto as bibliotecas nacionais têm o propósito de preservar o patrimônio intelectual de todo o território nacional, os arquivos detêm a “missão de guardar e tornar disponível a escrita do Estado - os registros das ações do poder público nas suas diversas instâncias - possibilitando a preservação e o acesso das informações institucionais oficiais” (CAMARGO, 2006, p. 46).

Neste ponto, a autora, chama atenção para a contribuição que estas instituições-memória fornecem a sociedade através da socialização da informação, pois fazem o papel de fontes de legitimidades, mas, ressalta que a natureza das instituições-memória no Brasil, está sob a custódia dos Estados e dos municípios.

Como resultante, segundo Fragoso (2009) as instituições-memória são:

Órgãos públicos ou privados, constituídos social, cultural e politicamente, com o fim de preservar a memória social, seja de um indivíduo, de um segmento social, de uma sociedade ou de uma nação, que tem funções de socialização, aprendizagem e comunicação, e disponibiliza informação patrimonial como fonte de pesquisa na formação de identidades (FRAGOSO, 2009, p. 69).

Destarte, são espaços democráticos de representação da memória social, em que os indivíduos revivem, revocam e rememoram lembranças do passado, ou que constroem através do “contato” entre os artefatos, significados que os remetem a um imaginário, implícito em sua memória individual, pois as instituições-memória detêm o poder de proporcionar sentimentos e reflexões, mas objetivamente, estas instituições proporcionam muito mais que informação, elas nos revelam as identidades culturais.

### **3.2 Patrimônio Cultural**

O processo de formação dos Estados nacionais, no final do século XIX, ampliou questões sobre a participação na vida cultural dos povos, onde as participações nas decisões de política cultural permitiram o direito à identidade cultural. Devido a isso, nasce o legado da proteção dos patrimônios culturais, o respeito à diversidade e conseqüentemente ao verdadeiro papel desempenhado pelas instituições-memória, a preservação dos patrimônios culturais.

No mundo ocidental, as conceituações de patrimônios culturais foram instituídas a fim de justificar a formação dos estados nacionais e preservar monumentos históricos e “oferecê-los à população como a verdadeira história, a comprovação de um passado glorioso e único” (SOUZA; CRIPPA, 2015, p. 2). Mas, o caráter milenar do termo mudou diante da perspectiva atual de estudos voltados para o patrimônio, ampliando sua concepção para contornos mais contextuais e socialmente engajados (GONÇALVES, 2009).

O surgimento do processo de formação dos patrimônios na sociedade ocidental ocorreu a partir da categoria “colecionamento”, que Gonçalves (2009, p. 26) traduz em “coleções de objetos móveis e imóveis, apropriados ou expostos por determinados grupos sociais”, neste sentido, a noção de patrimônio estava restrita a ideia de coleção.

Até o século XVIII os patrimônios eram voltados para produção de monumentos históricos, mas com a Revolução Francesa e o surgimento dos Estados nacionais, começa o vínculo com a questão da representação, culminando com o uso do patrimônio como forma e estratégia de união de grupos sociais de diferentes culturas na construção de suas identidades nacionais (SANT’ANNA, 2009), que Abreu (2009, p.35) em “A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio” considera como momento em que “desenvolve-se a concepção de bem comum e, ainda, de que alguns bens formam a riqueza material e moral do conjunto de nação”.

A Revolução Francesa abriu caminhos para consolidação dos patrimônios nacionais, pois amenizou a destruição de imóveis e obras de artes, que antes pertenciam as grandes classes, como clero e a nobreza, e alargou os caminhos para transformação desses bens patrimoniais em propriedades dos Estados-nações.

No século XIX, os países europeus organizaram-se através de instituições públicas e privadas a fim de criar parâmetros voltados para, conforme salienta Sant'Anna (2009, p. 50-51):

[...] seleção, a salvaguarda e a conservação de seus patrimônios nacionais, até então compostos, essencialmente, de objetos de arte e edificações estreitamente relacionadas à concepção de monumento histórico, aos ideais renascentistas de arte e beleza e aos conceitos de grandeza e excepcionalidade (SANT'ANNA, 2009, p. 50-51).

A França foi um dos primeiros países a criar leis específicas de proteção dos bens patrimoniais. Um exemplo de lei ocorreu em, 31 de dezembro de 1912, que instituiu o *classement* (SANT'ANNA, 2009), instrumento de proteção dos bens patrimoniais nacionais.

Em conformidade com Sant'Anna (2009, p. 51) em “A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização” afirma que esta lei garantiu a proteção do patrimônio e “introduziu um padrão legislativo copiado pela maioria dos países europeus, estendendo-se, na atualidade, a todo o mundo”. No século XX as instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), deram subsídio para a formulação de políticas de preservação do patrimônio.

No entanto, foi a partir de 1948 que a cultura e a memória foram estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), como um direito universal garantido através da “Declaração Universal dos Direitos do Homem”, que Teixeira e Reis (2013) definiram como um processo que reconheceu a cidadania e diminuiu a destruição das identidades de povos promovendo a permanência dos valores culturais que são “essenciais ao exercício das suas liberdades, valores de pleno direito do homem, os chamados direitos culturais” (TEIXEIRA; REIS, 2013, p. 209).

Em maio de 1964, ocorreu em Veneza o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos em parceria com o ICOMOS. Neste evento, foi exposto a Carta de Veneza, que definia patrimônio histórico como, “criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO

HISTÓRICO E NACIONAL, 2014, sem paginação). A carta orientava princípios para a conservação e restauração de monumentos e sítios, e tinha como finalidade a salvaguarda da obra de arte e o testemunho monumental, sendo o Brasil como um dos seus signatários.

A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA, 2016, sem paginação), que ocorreu em Paris, em 1972, gerou um documento que alertava para as ameaças de destruição, degradação ou o desaparecimento de um bem do patrimônio cultural, e orientava para as ameaças que acarretavam o empobrecimento efetivo do patrimônio. Desse modo, o documento propôs medidas de proteção coletiva do patrimônio cultural e natural de valor universal, definindo também os seus conceitos.

Em relação ao Brasil, o Decreto-Lei Federal nº 25 de 1937<sup>2</sup>, organizava a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, definindo em “conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (DECRETO-LEI Nº 25, 1937). Este Decreto orientava também quanto, ao tombamento dos bens através do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional<sup>3</sup>, que possuirá quatro Livros do Tombo:

- 1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º.
- 2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;
- 3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;
- 4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras (DECRETO-LEI Nº 25, 1937).

A aplicação da lei delimitava o tombamento de bens de pessoas naturais, pessoas jurídicas de direito público interno e de pessoas jurídicas de direito privado. Os bens deveriam possuir requisitos necessários especificados em regulamentos expedidos pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

---

<sup>2</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/De10025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De10025.htm)

<sup>3</sup> Órgão federal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, atualmente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Em consonância com Sant’Anna (2009) a questão do patrimônio cultural ganhava notoriedade através do poeta Mário de Andrade, que elaborou para o então Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, ideias não somente direcionada ao patrimônio material, mas também aos patrimônios imateriais, denominado por Sant’Anna (2009, p. 54) de “produtos da alma popular”.

As ideias de Mário de Andrade abriram espaços para as questões sobre preservação do patrimônio imaterial. Conforme mencionado, a sua notoriedade proporcionou a manifestação de outras personalidades artísticas como, Aloísio Barbosa Magalhães, que trabalhou no Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e na Fundação Nacional Pró-memória realizando pesquisas em torno do tema patrimônio cultural (SANT’ANNA, 2009).

Deve ser destacado que é através da Constituição Federal Brasileira de 1988, no artigo 216, que são apresentados oficialmente quais são os conceitos de patrimônios culturais materiais e imateriais, que, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2014, sem paginação), “essa alteração incorporou o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter imaterial”.

Mais além, o Decreto 3.551/2000<sup>4</sup> foi decisivo para instituir a política de registro de bens culturais de natureza imaterial como “um recurso de reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial” (SANT’ANNA, 2009, p. 55). Isso, com o objetivo de manter a memória referente aos bens culturais e suas trajetórias no tempo (SANT’ANNA, 2009).

Adentrando nos conceitos de patrimônios culturais materiais e imateriais, a Constituição Federal Brasileira em seu artigo 216, constitui em bens de natureza material e imaterial:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Com a inclusão das formas em que os bens se apresentam na Constituição Federal de 1988, o poder público tem a incumbência de promover a proteção e a preservação do patrimônio cultural brasileiro. Entretanto, suas formas de tombamento e registros ficam sob a responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

---

<sup>4</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm)

No entanto, Duran (2013, **tradução nossa**) em “*Reflections on culture, heritage and preservation*” ressalta que esses bens possuíam aspectos que refletiam a história das classes dominantes, os monumentos preservados não representavam as conquistas históricas e culturais das classes dominadas. Contudo, a Constituição de 1988 garantiu a salvaguarda dos patrimônios culturais como um direito de todos.

Gonçalves (2009) chama a atenção sobre os vários sentidos que se dá ao termo, pois, dentro do contexto social ao qual estamos inseridos, a palavra patrimônio é utilizada com bastante frequência e, relacionada a bens materiais e imateriais, conforme descrito abaixo:

Falamos dos patrimônios econômicos e financeiros, dos patrimônios imobiliários; referimo-nos ao patrimônio econômico e financeiro de uma empresa, de um país, de uma família, de um indivíduo; usamos também a noção de patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos; sem falar nos chamados patrimônios intangíveis, de recente e oportuna formulação no Brasil. Parece não haver limite para o processo de qualificação dessa palavra. (GONÇALVES, 2009, p. 21-22)

Sob este *approach*, relaciona-se a palavra patrimônio a todo bem ao qual se conhece e que de alguma forma, relaciona-se a um sentimento de posse ou algo grandioso, mas, conforme Gonçalves (2007) em “O espírito e a matéria: o patrimônio enquanto categoria de pensamento” ressalta o patrimônio como uma categoria que simboliza, representa e comunica, é elo entre o passado e o presente, e sua função é de rememorar fatos e estabelecer relação com a memória.

Os patrimônios ganharam novas qualificações, a questão imaterial passou a ser denominado intangível deixando de ser o patrimônio de pedra e cal, recaindo “menos nos aspectos materiais e mais nos aspectos ideais e valorativos dessas formas de vida” (GONÇALVES, 2009, p. 24).

Mais especificamente, patrimônio cultural imaterial refere-se às tradições religiosas, aos costumes, às danças, às músicas, à culinária, enfim, abrange os aspectos culturais da nação brasileira. No sentido de esclarecer Menezes (2009) em “O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas” faz compreender a relação do patrimônio material e do imaterial:

O patrimônio cultural tem como suporte, sempre valores materiais. Isso vale também para o chamado patrimônio imaterial, pois se todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado e valor, por sua vez todo patrimônio imaterial tem uma dimensão material que lhe permite realiza-se.

As diferenças não são ontológicas, de natureza, mas basicamente operacionais. (MENEZES, 2009, p. 31)

Ou seja, a dimensão imaterial não se separa do material, os patrimônios culturais imateriais são representados por uma materialidade, podendo ser acervos de objetos que representam costumes, valores ou crenças. Por outro lado, “a ideia de patrimônio, seja de qualquer espécie, está ligado aos processos da memória da qual o patrimônio retira seu repertório”, (CORRÊA, 2008, p. 37). Neste caso, são os signos, objetos, entre outros, que podemos denominar de referenciais de memória.

### 3.3 Preservação dos Patrimônios Culturais

Em torno da temática da preservação dos patrimônios culturais, é pertinente compreender-se o conceito. Neste sentido, a palavra preservação no seu sentido amplo vem do Latim “*pra-e-servare*”, “*prae*” significa “antes” e “*servare*” significa “manter salvo”. O significado da palavra nos faz compreender que quando alguém utiliza a palavra preservação, sua intenção é criar uma ação para intervir em uma determinada situação, antes que algo aconteça e que venha a deteriorar a “coisa”, sendo assim, a preservação, destina-se a salvaguardar algo ou alguma coisa, antes que as mazelas do tempo o deteriore.

Para o foco da pesquisa, atenta-se aos patrimônios culturais que estão preservados nas instituições-memória da cidade de Belém. Leva-se em consideração o conceito de que os patrimônios culturais são a “soma dos bens culturais materiais, naturais e imateriais, que possuem significado, representação histórica e importância cultural para a sociedade” (BAUBIER; REIS, 2012, p. 7).

Nesta circunstância, é pertinente distinguir a preservação da conservação, visto que, a segunda é uma medida que está incluída dentro de políticas de preservação. Entretanto, é pertinente ressaltar-se que, a preservação a qual se refere neste trabalho, é a preservação da memória a partir dos patrimônios culturais (obras, objetos e documentos) salvaguardados nas instituições-memória, por isso é importante diferenciarmos conceitos.

Os princípios da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) em *Principles for the care and handling of library material* define que preservação corresponde a “todas as considerações gerenciais, técnicas e financeiras aplicada a retardar a deterioração e prolongar a vida útil das coleções de materiais, para garantir a sua continuidade” (INTERNATIONAL PRESERVATION ISSUES, 1998, p. 11, **tradução nossa**). Nesta conjuntura, a preservação envolve também a conscientização em torno do que

vai ser preservado, mas ao mesmo tempo envolve o conhecimento de técnicas que garantam a ausência de danos aos objetos.

No Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia o termo preservação é definido por “medidas empreendidas com a finalidade de proteger, cuidar, manter e preservar ou restaurar os documentos” (CUNHA, 2008, p. 290). Este conceito recorda a relação da preservação com a conservação, que no Brasil na década de 30, os termos foram considerados sinônimos, mas hoje esse paradigma foi desconstruído e ambos são definidos distintamente (SANT’ANNA, 2015).

Silva (2011, p. 308) em “A arte contemporânea e o museu: desafios da preservação para além do objeto” relata que a conservação tem relação com a “manutenção da integridade física dos objetos”, enquanto que, a preservação envolve “um conjunto de práticas que, além da conservação, incluem a documentação, a divulgação do acervo, e todas as ações possíveis para viabilizar o processo de comunicação das obras”, isto é, o foco da preservação é estabelecer uma relação entre os acervos e o público, sendo assim, a conservação é um elemento dentro da preservação ou das políticas de preservação (SILVA, 2011).

Sant’Anna (2015) ressalta que a preservação é vista como um conjunto de ações, que se denomina em processo de patrimonialização e inicia com atribuição de valores referentes aos objetos, obras da natureza, paisagens, saberes e práticas, e neste caminho, as ações detém o objetivo concreto em manter e dar continuidade a permanência dos patrimônios culturais.

Cassares (2000, p. 12) em “Como fazer preservação preventiva em arquivos e bibliotecas” assegura que a preservação “é um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais”, ou seja, envolve planejamento estratégico, no caso de uma instituição, todos são envolvidos.

Ademais, os materiais a serem preservados devem receber um tratamento específico, e os sujeitos não devem tomar para si o conhecimento e sim ampliar a discussão em torno da temática da preservação, trabalhando em conjunto e buscando desenvolver estratégias juntos.

Neste direcionamento, Conway (2001, p. 14) em “Preservação no universo digital” relaciona o termo preservação às ações e políticas que incluem a conservação, tornando-se um instrumento que impede possíveis deteriorações ou que restaura aqueles que já estão deteriorados envolvendo “a aquisição, organização e distribuição de recursos a fim de que venham a impedir posterior deterioração ou renovar a possibilidade de utilização de um seletivo grupo de materiais”. Assim sendo, a preservação possui a finalidade em manter a

longevidade, a escolha, a qualidade, a integridade e o acesso, que dependem daqueles que administram os acervos culturais (CONWAY, 2001).

Deve ser dito que Darling (1981, p. 185) *apud* Conway (2002, p. 15) ressalta que “o maior obstáculo para o desenvolvimento e administração dos programas de preservação é a carência, não de dinheiro, mas de conhecimento”, pois esbarram na falta de técnicas específicas para cada tipo de material e pessoal capacitado para intervir nas ações de preservação.

Ampliando o conceito, Costa (2008) em “Atribuição de valor ao patrimônio material e imaterial: afinal, com qual patrimônio nos preocupamos?” reproduz que a preservação é:

[...] a ação de proteger qualquer um, qualquer coisa, colocando-o ao abrigo de um mal. [...] Exprime antecedência, antecipação, precaução, intensidade, predominância, prefulguração. Disso se pode inferir um aspecto de movimento em direção à, uma ação que se faz com intensidade para alguém ou alguma coisa, portanto, tem um objetivo mais amplo em direção ao humano, à transmissão, à formação dos indivíduos. (COSTA, 2008, p. 122)

Em vista do exposto, é uma ação que visa adiantar-se frente às possíveis catástrofes, é dar um passo rumo ao futuro, é articular-se diante das possíveis tragédias, é manter o foco sobre a importância em se manter “viva” a memória social.

Na concepção de Pinheiro e Granato (2012, p. 31), em “Para pensar a interdisciplinaridade na preservação algumas questões preliminares” definem que preservação é um ato que conduz a transmissão da herança cultural, “essa transferência não se relaciona a toda a cultura, mas a uma seleção realizada por critérios de valor muito estritos, escolhidos a partir de valores políticos e culturais”. Neste processo, é envolvida por decisões subjetivas, que não envolvem as discussões sobre as políticas de preservação, mas restringe a participação da população.

Em contrapartida para Milevski (1997, p. 14) em “Manual de pequenos reparos em livros” a preservação corresponde a “inúmeras políticas e opções de ação, incluindo tratamentos de conservação”. Essa perspectiva nos faz compreender que está envolvida a uma política que visa prolongar e salvaguardar, seja patrimônios urbanísticos, arquitetural, documental, entre outros, utilizando-se de procedimentos como: guarda, conservação, restauro, documentação e no campo museológico, a exposição. Como resultante, garante a integridade física, mas deve-se levar em consideração que para garantir a integralidade dos patrimônios são necessárias ações que envolvam a captura de recursos financeiros.

Essa posição é corroborada por Santos (1994, p. 68), em “A preservação da memória enquanto instrumento de cidadania”, refere-se a preservação como um ato transformador e um instrumento de cidadania, que proporciona “a apropriação plena do bem pelo sujeito, na exploração de todo o seu potencial, na integração entre bem e sujeito, num processo de continuidade”. Por esse matiz, visa fortalecer a permanência daquilo que queremos que dure, proporcionando a herança cultural e a garantia de conhecimento para as gerações futuras. Entretanto, ao tratarmos de preservação dos patrimônios culturais estamos discutindo também a preservação da memória.

Mas para que preservar a memória? Este questionamento acarreta a reflexão sobre as razões para a preservação da memória estarem atreladas aos indivíduos, que constroem a realidade e compreendem a sua inserção dentro de um contexto social, reconhecendo que ao se preservar a memória, preserva-se também a sua identidade cultural. Um ser sem memória está fadado à manipulação e a alienação, pois o exercer da cidadania envolve entre tantas questões a participação dos indivíduos nas decisões políticas para auferir uma sociedade mais democrática e justa (SANTOS, 1994).

Na compreensão de Pinheiro (2004) em “Museus, memória e esquecimento: um projeto de modernidade” a preservação da memória é importante no sentido que, a representação dos costumes e do cotidiano dos indivíduos enquanto seres que produzem cultura e que dão sustentabilidade as pequenas e grandes comunidades, só será permanente quando os indivíduos conservarem suas técnicas, que envolvem entre vários aspectos o da memória social, “uma vez que as sociedades, principalmente as modernas, cresceram em torno das técnicas”, (PINHEIRO, 2004, p. 119).

Significando que, ao se preservar a memória, está-se preservando, ao mesmo tempo relações humanas, que no passado produziram excedentes de memória que nos fazem compreender o presente ao qual se vivencia.

A preservação dos patrimônios culturais, também ocorre a partir de registros iconográficos, que segundo Oliveira (2008) em “A documentação como ferramenta de preservação da memória: cadastro, fotografia, fotogrametria e arqueologia” garante que serviria como uma alternativa de reconstrução de um passado, pois podem ser considerados como testemunhos concretos, que ao serem documentados revelam fatos através de imagens, colaborando para o imaginário e servindo como um instrumento de preservação da memória.

Com Burke (2004) em “Testemunha ocular: história e imagem” as fotografias revelam-se como testemunhos valiosos, que servem de evidências para comprovações de fatos

dentro de um contexto social, e que Jeudy (1990, p. 49) em “Memórias do social” diz ser uma das vias de “investimentos e tratamentos da memória”, pertinente para preservação desta.

Portanto, fazendo uma ligação não será possível percorrer a memória preservada, sem antes estar diante de suas práticas de preservação.

### 3.3.1 Práticas de preservação dos patrimônios culturais

Nesta pesquisa, adota-se a concepção de práticas de preservação de Sant’Anna (2015, p. 16) em “Preservação como prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos”, no qual está definido como a junção de “ações, procedimentos ou medidas que viabilizam a permanência e a vigência de um bem como patrimônio cultural”, ou seja, ser específicas e favorecer a natureza do patrimônio. Mas, é pertinente inferir que, práticas de preservação devem ou deveriam ser aplicadas a partir de uma política de preservação de acervos.

Neste cenário, aponta-se a política de preservação do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), que especifica os princípios gerais que correspondem ao objetivo da preservação, cujos são:

1. Só preservamos para que as informações contidas nos bens culturais possam favorecer o homem no resgate de sua identidade e de sua história, permitindo, assim, o exercício pleno da sua cidadania.
2. Entendemos a preservação não como a perpetuação do bem cultural, mas sim como uma forma de retardar seu processo de deterioração (MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS, 1995, p. 15)

A partir destes princípios, é notável perceber que, esta instituição-memória preocupada com a preservação de seu acervo, compreende seu papel social rente à sociedade e sobre sua responsabilidade social frente à preservação dos patrimônios culturais salvaguardados em seus espaços. Por isso, é importante a formulação de políticas de preservação, pois é uma evolução e o início de novos rumos para as instituições, já que preservar é pensar no futuro.

Nesta situação, as práticas de preservação especificadas na política de preservação do MAST são: a Conservação, Documentação, Seleção, Aquisição, Processamento técnico, Pesquisa, Acesso, Disseminação, Treinamento, Capacitação, Restauração e Segurança.

Estas práticas também estão incluídas entre as concepções de Guimarães (2012), em “Preservação de acervos culturais” que as descrevem em, monitoramento de acervo, gerenciamento de riscos, implantação de sistemas de segurança contra roubo ou vandalismo, higienização dos acervos, controle de temperatura, de umidade, de luz, poluição, controle de

pragas, planos de combate a incêndios ou enchentes, políticas de acesso aos documentos e conservação preventiva direcionada as áreas as quais os acervos estão guardados ou expostos. Contudo, deve-se atentar para o tipo de acervo, pois o material que compõe o bem cultural pode ser de origem orgânica ou inorgânica e sofrerem reações ao serem atacados por agentes externos (GUIMARÃES, 2012).

Em relação à Conservação, Guimarães (2012) assinala que é uma medida preventiva, que prolonga a vida útil dos acervos culturais e é realizada a partir de conhecimentos técnico-científicos, que orientam desde o armazenamento até ao controle das condições ambientais (acondicionamento), além do planejamento de ações contra possíveis catástrofes e diagnósticos técnicos, além da higienização dos acervos.

Retomando sobre as práticas descritas na política de preservação do Museu de Astronomia e Ciências Afins, a Documentação, é uma prática aplicada conforme normas e rotinas elaboradas a partir de sistemas de documentação, que referenciam acervos. Quanto à prática da Seleção e da Aquisição, estas são elaboradas a partir de políticas, que seguem aos objetivos da instituição, no entanto, a Aquisição é mais direta, pode ocorrer através de compra, permuta ou doação.

Ainda sobre as práticas do MAST, o Processamento técnico, é uma prática que envolve o uso de ferramentas que inclui a catalogação de bens culturais, pois esta influenciará na recuperação de informações sobre o acervo. Em relação à prática da Pesquisa e ao Acesso, a primeira “deve ser encarada como importante agente de conscientização para a preservação da memória” (MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS, 1995, p. 22), enquanto que a segunda, “devem ser delimitadas áreas de livre acesso e áreas de acesso restrito; o acesso ao acervo original deve ser controlado de maneira a garantir sua preservação” (MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS, 1995, p. 22).

A Disseminação é uma das práticas do MAST, que visa informar sobre as atividades das instituições que salvaguardam bens culturais, pode ocorrer através de diversos meios de comunicação. Esta prática é aplicada para manter os usuários informados sobre serviços e produtos das instituições, mas também sobre como as instituições realizam ações de preservação em seus acervos.

Deve ser explicitado que, esta prática depende de outras, ou seja, do Treinamento e da Capacitação, que é direcionada aos profissionais que trabalham nas instituições, pois estes necessitam de conhecimento para formulação de ações que vise informar os usuários sobre a preservação do acervo. Assim posto, é pertinente a participação de equipes de trabalho em

programas de capacitação, pois estimula e orienta os profissionais na aplicação das práticas de preservação nas instituições em que trabalham.

Sobre a prática da Restauração, Guimarães (2012), refere-se a esta como uma intervenção aos bens culturais, onde se constrói laudos sobre o estado das coleções, que servirá como base para recuperação de informações. No entanto, esta prática tem como objetivo manter a característica original do documento e se atém a cada tipo de documento e a partir do interesse de cada instituição.

Quando o MAST refere-se à prática da Segurança, este remete a importância dessa prática caso ocorra um possível incidente, ou seja, esta é uma das práticas prioritárias dentro de uma instituição, pois envolve medidas que podem garantir a existência dos bens culturais. Para isso, é pertinente criar ações contra incêndios, contra atos de vandalismo, acidentes, furto ou roubos. A consciência em torno desta prática deve partir daqueles que administram as instituições, já que, possuem autonomia para decidir sobre quais práticas de preservação dos patrimônios culturais serão implantadas.

Neste sentido, Guimarães (2012) com seu conhecimento sobre preservação de acervos culturais, destaca a importância das práticas de preservação dentro de instituições-memória, incluindo-as a partir de uma política de preservação de coleções, fundamentada na missão institucional, no público, nas coleções e nos funcionários. Nesta ocorrência, as práticas de preservação devem estar inseridas em um plano de preservação (curto, médio, longo prazo), que objetive prolongar a vida útil dos acervos culturais, combatendo possíveis deteriorações, além de estar, como afirma Guimarães (2012, p. 83):

[...] fundamentado no conhecimento e na avaliação do valor intrínseco e histórico do acervo; em diagnósticos, que informem o estado de conservação (suporte, tinta e/ou pigmentos, invólucros, etc.); e em quantitativos das coleções (números exatos de documentos, fotografias, gravuras, pinturas, plantas arquitetônicas, negativos etc.), que devem ser realizados em formulários específicos e direcionados para ações. (GUIMARÃES, 2012, p. 83)

Isso denota que é fundamental o conhecimento do material ao qual o patrimônio é constituído, para que ações específicas sejam formuladas.

Cassares (2000) em “Como fazer preservação preventiva em arquivos e bibliotecas”, chama atenção para preservação de diversos tipos de acervos, ou seja, de livros, fotografias, documentos impressos, manuscritos, mapas e plantas de arquitetura, obras de arte, entre outros, pois como já foi mencionado é relevante ter conhecimento sobre os tipos de materiais em que são constituídos os documentos.

Não obstante, o autor recomenda que, independente do tipo de material existem práticas que podem ser aplicadas no dia-a-dia das instituições para estabilizar deteriorações como: a) a higienização, que envolve limpeza de superfícies, a avaliação dos objetos a serem limpos e os materiais utilizados para limpeza de superfícies; b) os pequenos reparos; c) os materiais empregados em reparos e; d) o acondicionamento e o armazenamento. Essas práticas são determinantes, pois em instituição como museus, bibliotecas e museus, os documentos estão vulneráveis quanto a fatores biológicos que rodeiam constantemente os acervos (CASSARES, 2000).

Ainda consoante, Cassares (2000, p. 23-24), as práticas de preservação que podem evitar a deterioração de acervos, as quais pode-se considerar que estão em conformidade com algumas práticas do MAST, baseiam-se em:

Treinamento dos profissionais na área da conservação e preservação; [...] Monitoração do ambiente – temperatura e umidade relativa em níveis aceitáveis; Uso de filtros e protetores contra a luz direta nos documentos; Adoção de política de higienização do ambiente e dos acervos; Contato com profissionais experientes que possam assessorar em caso de necessidade. (CASSARES, 2000, p. 23-24)

Estas medidas fortalecem e ampliam discussões sobre as políticas de preservação. Em contrapartida, dentro destas as ações são fixadas, porém para aplica-las, são necessários investimentos financeiros. Porém, é fundamental a criação de estratégias de preservação para sua captação de recursos como, por exemplo, a elaboração de “projetos para agências de financiamento e o estabelecimento de parcerias com instituições que desenvolvem pesquisas e projetos nas áreas de conservação, preservação e restauração” (GUIMARÃES, 2012, p. 84).

Visto assim, percebe-se que a falta de recursos financeiros é um dos maiores obstáculos para a garantia da preservação dos patrimônios culturais, mas a formulação de projetos culturais é uma saída eficiente para a captura de recursos.

Wilhelm (2011) chama atenção para o inventário, como prática de preservação, no qual este é um instrumento de salvaguarda de patrimônios culturais, que envolve a produção de conhecimento e serve como referência para identificação dos patrimônios (SANT’ANNA, 2015), porém, podem ser utilizados por bibliotecas, arquivos e museus, sendo que, a formulação depende do tipo do material e de como serão organizados.

No que concerne aos arquivos e museus, esta prática envolve desde o número de ordem da obra até dimensão do documento, enquanto que nas bibliotecas envolve, os números

de classificação, nome de autor, edição, ano de publicação e títulos, mas depende do interesse da instituição em implantar e do tipo de acervo que a instituição possui.

Cabe acrescentar que, cada bem cultural é preservado de forma específica, documentos em papel, obras raras, entre outros, possuem práticas de preservação que envolve desde o acesso do público até ao processo de armazenamento dos bens. Deste modo, é formulada para que o documento original não sofra com a manipulação. Por essa causa, as práticas preservação como: a microfilmagem (a fim de evitar danos aos documentos originais); a digitalização; a confecção de *fac-simile*, que utiliza papéis neutros ou alcalinos, são, portanto, práticas eficientes e apropriadas para preservação de patrimônios culturais em formato papel (GUIMARÃES, 2012).

Partindo deste princípio, para atender aos objetivos da preservação, a contribuição de profissionais de várias áreas do conhecimento, agrega esforços e estimulam a formulação de medidas para combater a deterioração de bens culturais, entretanto, estes possuem características específicas e cada profissional direciona suas contribuições em prol de sua resolução. Contudo, quanto mais estudos, maiores são as possibilidades de manter preservados os patrimônios culturais, levando sempre em consideração a natureza o qual o bem é constituído (WILHELM, 2011).

Por fim, como sabe-se, os patrimônios culturais podem ser divididos em material, imaterial, arqueológico e patrimônio da humanidade, mas, quando concerne aos patrimônios culturais neste trabalho, consideremos aqueles que estão dentro das instituições-memória, isto é, bens materiais móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. Partindo dessas discussões, iniciaremos a identificação das práticas de preservação da memória social das instituições-memória da cidade Belém (Pará).

#### 4 INSTITUIÇÕES-MEMÓRIA DA CIDADE DE BELÉM

As instituições-memória objetos desta pesquisa, possuem em seus intrínsecos contextos históricos a relação com a fundação da cidade de Belém. O marco crucial é a chegada dos colonizadores portugueses na busca por riquezas, pois seus indomáveis instintos, não importavam com dificuldades pelo caminho, tanto é que muitos portugueses “perderam” suas vidas em busca de grandes riquezas. Nesta ótica, muito do que foi construído durante e após a colonização da cidade de Belém, tornaram-se lugares de memórias.

Durante o mapeamento das instituições-memória foram identificadas, via suas missões, oito instituições. Optou-se por delimitar as de caráter público no âmbito municipal, estadual e federal, diferenciadas conforme seus tipos de patrimônios culturais. Neste enfoque, cada instituição possui diferentes tipos de documentos, para nos basearmos em um conceito de documento, trazemos o conceito de Bellotto (2006) que classifica em:

Qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a correspondência, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário, etc, enfim tudo o que seja produzido por razões funcionais jurídicas, científicas, técnicas, culturais ou artísticas pela atividade humana. (BELLOTTO, 2006, p. 14)

Neste âmbito, dentre as instituições-memória identificadas estão o Museu de Arte de Belém, cuja atrelada ao governo municipal possuindo acervo de obras de artes, objetos e mobiliário; o Arquivo Público do Pará, o Museu do Círio, o Museu do Estado do Pará, o Museu de Arte Sacra, o Museu do Forte do Presépio e o Museu de Gemas do Pará, instituições-memória vinculadas ao governo estadual e que possuem acervos de: documentos históricos; de patrimônio imaterial; obras de arte, objetos e mobiliário; obras de arte sacra; arqueológico e gemológico, respectivamente. Por último, o Centro de Memória da Amazônia, instituição vinculada ao governo federal e que possui acervo de documentos históricos.

As instituições identificadas possuem em suas missões institucionais, o intuito de preservar a memória social na cidade de Belém. Destaque-se que, algumas não entraram na pesquisa, evitando laborar em cima de instituições de um mesmo âmbito governamental, com os mesmos tipos de patrimônios culturais. Frise-se que, as instituições Museu de Arte de Belém e Museu do Estado do Pará, possuem acervos de obras de artes, objetos e mobiliários, e o Arquivo público do Pará e Centro de Memória da Amazônia, são arquivos que possuem

documentos históricos, assumindo caráter de instituições que estão em âmbitos governamentais diferentes, por isso, inseridas na pesquisa.

Consubstanciando este capítulo, caracterizar-se-á as instituições-memória, demandando-se evidenciar suas práticas e estratégias para preservação e explicitando-se as missões e objetivos das instituições. Ressaltando que estas, estão organizadas de maneira cronológica por ordem de fundação.

#### 4.1 Arquivo Público do Estado do Pará

**Imagem 1** - Faixada do Arquivo Público do Estado do Pará.



Fonte: Dados da pesquisa. Fotografia: MARTINS, Eliane Epifane, 2017.

##### 4.1.1 Caracterização do Arquivo Público do Estado do Pará

No prédio que abriga o APEP, funcionava o antigo Banco Comercial do Pará, comprado pelo então governador Lauro Sodré e, oficializado como uma instituição-memória através do decreto nº 996, de 16 de abril de 1901, pelo governador Augusto Montenegro.

Fale-se que, o APEP “nasceu entre o desafio de recolhimento, tratamento técnico, preservação, divulgação do patrimônio documental do Estado do Pará e a garantia plena do direito de acesso à informação” (PACHECO, 2015. p. 226). Os documentos preservados no

APEP correspondem aos períodos colonial e imperial, sobre as vertentes, política, social e cultural da cidade de Belém e da região amazônica, entre os períodos de 1649 a 1889.

Presentemente, o Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) é uma instituição vinculada ao Governo do Estado do Pará, ao Sistema Integrado de Museus e Memoriais (SIM), a Diretoria de Patrimônio (DPat) e a Secretaria de Estado de Cultura do Estado do Pará (SECULT) e foi a primeira instituição-memória fundada em Belém.

Sua fundação ocorreu em 16 de abril de 1901, através do Decreto n. 996/1901, que formalizou a criação do Arquivo Público do Estado do Pará e da Biblioteca Pública, antes funcionando no mesmo prédio. Em 1986, a Biblioteca Pública se desvinculou do Arquivo Público e tornaram-se instituições independentes. Hoje o APEP funciona no mesmo prédio em que foi fundado, enquanto a Biblioteca Pública fica localizada em um endereço específico, mas, subordinadas ao governo do Estado do Pará.

A composição do acervo do arquivo é formada por cerca de quatro milhões de documentos, incluindo documentos únicos, entre eles o “Fundo da Secretaria da Capitania”, que foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) com o selo “Memória do Mundo”, por possuir valor histórico e cultural. Resultado disso, é que o APEP é considerado o quarto maior arquivo do Brasil e, o segundo maior em acervo bibliográfico sobre o período colonial.

**Imagem 2** - Parte Interna do APEP.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, 2013.

Os documentos constantes em seus acervos estão divididos em três classes, legislativo, judiciário e executivo. Os documentos referentes ao legislativo incluem: atas, atestados, decretos, portarias, leis, projetos de leis, ofícios, prestações de contas, requerimentos e pareceres. Os documentos concernentes ao judiciário inserem os seguintes tipos de documentos: autos, cartas de alforria, certidões de casamento, escrituras, inventários, inquéritos, mandatos judiciais, certidões de nascimento, certidões de óbitos e testamentos, enquanto que a documentação referente ao executivo corresponde a assuntos produzidos pela própria administração (PACHECO; TORII, 2015).

A missão institucional do Arquivo Público do Estado do Pará é “propor a política do Estado no tocante a assuntos relativos à guarda e a conservações de papéis e documentos integrantes do arquivo dos órgãos da administração pública direta e indireta do Estado do Pará” (DECRETO Nº 1.434, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2004), atuando na perspectiva da preservação da memória social. Advirta-se que, o arquivo é custodiado pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e está localizada na Travessa Campos Sales, n. 273, bairro Campina, centro histórico da cidade de Belém.

Essa conjuntura permite compreender que, o APEP criado por uma entidade pública, surgiu por questões administrativas e tem a função de ser um órgão receptor, hoje agregada os valores de uma instituição-memória, e, preocupado com os trâmites da preservação documental, desenvolve ações que viabilizem a concretização da sua missão.

Em suma, o APEP é uma instituição-memória que possui fins secundários para pesquisas históricas, seu acervo histórico lhe garantiu a função de preservar a memória social paraense, mas, principalmente, seu papel social possui as características que, Assmann (2011), qualifica como essenciais para um arquivo, isto é, a conservação, a seleção e acessibilidade.

#### 4.1.2 As práticas de preservação

A cidade de Belém está localizada na região norte do Brasil, abaixo da linha do Equador, permeado por estações climáticas não regulares, sendo assim, a temperatura varia entre 28° a 36° graus e a umidade relativa do ar entre 70% a 90%, ensejando que, práticas de preservação de patrimônios culturais devem ser aplicadas constantemente, pois as possibilidades de sofrerem deterioração são iminentes.

O conhecimento sobre as práticas de preservação adotadas para salvaguardar os patrimônios culturais sob custódia das instituições-memória, foram identificadas durante as

pesquisas de campo realizadas no recinto das instituições. Para reconhecimento do que são práticas de preservação, tomou-se como referência, teóricos que trabalham focados na preservação descritas nos capítulos anteriores.

Nesta condição, durante as pesquisas constatou-se que as instituições-memórias não possuem políticas de preservação específica, as quais seriam uma possibilidade de analisar suas práticas.

### Quadro 3 – Práticas de preservação identificadas no Arquivo Público do Pará.

<b>Conservação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Utilização de papel poliandra e folhas de poliéster;</li> <li>▪ Higienização do acervo;</li> <li>▪ Digitalização e microfilmagem dos documentos.</li> </ul>
<b>Processamento Técnico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Construção do inventário.</li> </ul>
<b>Pesquisa/Acesso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Controladas por agendamento.</li> </ul>
<b>Acesso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Monitorado.</li> </ul>
<b>Disseminação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Redes sociais, jornais impressos.</li> </ul>
<b>Treinamento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Usuários.</li> </ul>
<b>Capacitação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Funcionários.</li> </ul>
<b>Restauração</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ É realizada constantemente.</li> </ul>
<b>Segurança</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Extintores de incêndio (H<sub>2</sub>O; CO<sub>2</sub>).</li> </ul>

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

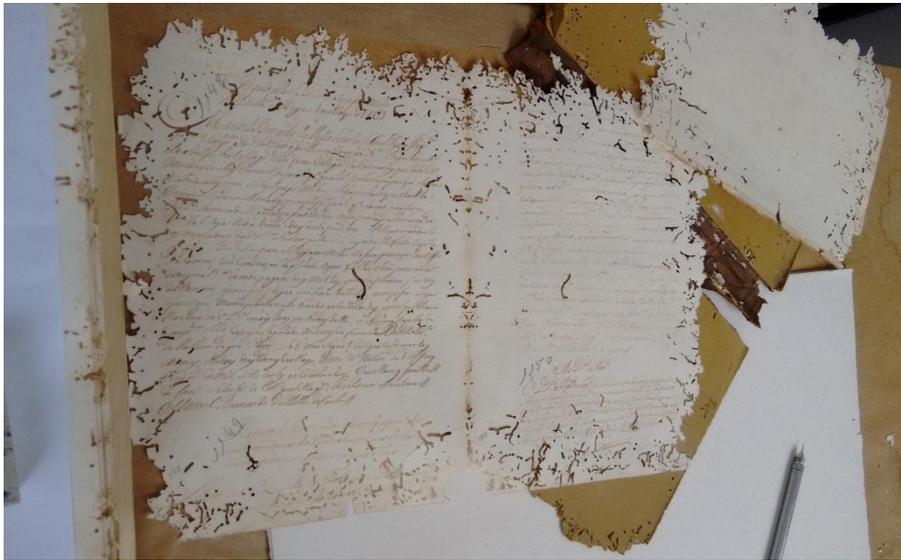
O Arquivo público do Pará detém em seu acervo documentos em papel e, as práticas de preservação aplicadas a estes patrimônios culturais, visam manter os papéis distantes dos agentes que causam deterioração. A consciência do valor dos profissionais dá-se conforme entendimento sobre a importância da memória para a sociedade. Portanto, o diretor e os funcionários desempenham seus papéis compreendendo que, ali, as práticas de preservação aplicada são as únicas formas de garantir a permanência desses bens culturais.

Neste movimento, a primeira prática de preservação dos patrimônios culturais identificada no recinto da instituição foi a **Conservação**, a qual envolve o armazenamento dos documentos em caixas arquivos, onde estão envolvidos por um tipo de papel específico, isto é, o papel poliandra e folhas de poliéster, que servem como uma espécie de barreira, em relação ao contato com a caixa, já que a instituição preocupa-se em manter um padrão para manuseio dos documentos.

As outras práticas identificadas e dentro da Conservação foram, a higienização, a digitalização e a microfilmagem dos documentos do acervo. A higienização do acervo visa combater agentes biológicos e químicos, com o controle de pragas e a retirada de objetos como, cliques, grampos, tintas de caneta, entre outros.

Quanto à digitalização e microfilmagem, o arquivo adquiriu aparelhos para garantir o registro em formato digital, pois pretendem inseri-los em um software, cujo será desenvolvido especialmente para o acervo do arquivo. A imagem 3 demonstra o estado de conservação de um dos documentos que iniciaria a higienização.

**Imagem 3** - Documento iniciando a higienização.



Fonte: Dados da pesquisa. Fotografa: MARTINS, Eliane Epifane, 2017.

As próximas práticas de preservação identificadas durante a pesquisa foram:, Pesquisa, Acesso, Disseminação das informações, Treinamento, Capacitação, Restauração.

No **Processamento Técnico** observou-se cientificamente que a instituição-memória tem controle de registro dos documentos, através de inventário, sendo que ainda existe uma grande quantidade de documentos aguardando tratamento.

Em relação à **Pesquisa** e o **Acesso**, a primeira é controlada por agendamento e a segunda ocorre através de monitoramento dos funcionários, que orientam os usuários sobre como manusear e manterem preservados os documentos. Mas, é importante ressaltar que, o arquivo ainda não possui um sistema de informação e, os usuários para terem acesso ao acervo, recorrem aos funcionários. Contudo esta realidade tende a mudar, já que a instituição encontra-se em processo de restauração e entre um dos seus objetivos é construir um sistema

disponível na internet, portanto, de acordo com o diretor Leonardo Torii (APEP), em breve estarão disseminando informações sobre esta prática.

Existe, também, a prática da **Disseminação**, que visa informar ao público sobre a preservação do acervo, serviços e produtos desenvolvidos pelo arquivo, ocorre através da divulgação em redes sociais e, por meio de jornais impressos. Essa prática facilita aos usuários saber o que está acontecendo no APEP, principalmente quando o mesmo oferece cursos sobre preservação de acervos, que é uma ação desenvolvida pelo APEP.

Outras práticas de preservação desenvolvida pelo APEP é o **Treinamento** e a **Capacitação**. O Treinamento é direcionado aos usuários em forma de cursos e oficinas. Já a Capacitação, esta é direcionada aos funcionários, que são incentivamos a realizarem cursos sobre a temática da preservação. Entretanto, a Capacitação nem sempre acontece, pois conforme a direção da instituição, esta envolve questões de planejamento e recursos financeiros, que não dependem somente do APEP.

Sobre a prática da **Restauração**, esta é realizada sempre que um documento necessita de reparo, por uma profissional especializada. Por último identificou-se a **Segurança** como prática de preservação e sobre esta, o APEP investiu recursos financeiros na compra de aparelhos para combater a incêndios, ou seja, extintores. Neste sentido, embora a Política de Preservação do MAST, demonstre que há um sistema de combate a incêndio, observou-se que este não é compreendido em sua totalidade no APEP, mas por outro lado, observou-se a presença de extintores de incêndio (H<sub>2</sub>O e CO<sub>2</sub>)

Conforme apresentamos acima, o APEP realiza diversas práticas de preservação, visando manter em permanente condição de uso, todo seu acervo documental, mas algumas questões dificultam a ampliação de suas práticas.

Em prima, não há recursos financeiros suficientes para ser investido na preservação dos seus patrimônios culturais, em segundo, o campo científico sobre estudos de práticas de preservação direcionadas especialmente para instituições-memória públicas da região Norte, não existe, e as práticas aplicadas nestas são oriundas da região sul e sudeste do país.

## 4.2 Museu Do Estado Do Pará

**Imagem 4** - Faixada do Museu do Estado do Pará.



Fonte: Imagem retirada do site do Museu do Estado do Pará, 2016.

#### 4.4.1 Caracterização do Museu do Estado do Pará

No contexto do século XVIII, portugueses e espanhóis assinaram o “Tratado de Madri”, documento que permitiu a vinda de técnicos da Europa para o Pará. Todo esse processo teve como mediador o General Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Marques de Pombal.

A comissão de técnicos era composta por geólogos, matemáticos, arquitetos, entre outros, no entanto, destaca-se Antônio José Landi contratado para arquitetar um palácio (MIRANDA, 2006).

O prédio do palácio atualmente conhecido como Museu do Estado do Pará, foi projetado entre 1762 e 1771, pois atenderia a Corte Portuguesa, que viria residir na Amazônia, em conformidade com as decisões do Marquês de Pombal, que era o Ministro do Rei Dom José I. A construção foi erguida com mãos de obra indígena e no Governo de Bernardo de Mello e Castro, em 1762 (MIRANDA, 2006).

A inauguração do Palácio ocorreu em 21 de novembro de 1772, no Governo de João Pereira Caldas, e passou a servir de sede do Governo e moradia de governadores e capitães-generais do Pará. Relate-se que, um fato marca o contexto histórico deste lugar, é do Palácio que sairia a primeira procissão do Círio de Nossa Senhora de Nazaré.

Seguindo para o século XIX, dois episódios marcaram o recinto do Palácio, a oficialização da Adesão do Pará a independência do Brasil em 15 de agosto de 1823 e a morte de Bernardo Lobo de Souza, em 7 de janeiro de 1835 pelo cabano tapuio, Domingos Onça.

Rememore-se que, a instituição por receber interferência política em determinados momentos de sua história, sofreu alterações na sua estrutura arquitetônica. No início do século XX, a pedido do Governador Augusto Montenegro (1904-1908), o prédio passou por alterações, e, foram criados cinco salões nobres.

Com todos esses acontecimentos, o prédio foi transformado no Museu do Estado do Pará, no ano de 1983, tendo suas atividades iniciadas em 1986, no 4º pavimento do Centro Cultural Tancredo Neves. No decorrer do funcionamento deste local, doações foram sendo efetuadas para composição do acervo.

Após a criação do museu, este ocupou alguns espaços, em 1987 funcionou em outro local, o Palacete Bolonha, sendo que, em 1994 foi transferido para o Palácio Lauro Sodré, onde atualmente funciona.

O Museu é identificado como Palácio Lauro Sodré, devido homenagem ao primeiro Governador Republicano do Pará. Atualmente a instituição faz parte do Sistema Integrado de Museus e Memoriais, que é vinculado à Secretaria Executiva de Estado de Cultural do Pará (SECULT).

A composição do acervo é fruto de doações feitas por famílias, que garantiam o seu nome na obra doada. O prédio do museu possui salas de exposições, auditório e biblioteca. O acervo é composto por utensílios como, por exemplo, conjuntos de chá e café, tinteiros, porta-joias e portas-cartão, mas, essencialmente, por obras de arte e mobiliários.

Os objetos que serviram para decorar o palácio hoje fazem parte do acervo são eles, vasos, floreiras, candelabros, esculturas, mobiliário, pinturas, lustres, que foram produzidas em algum momento para compor a sede do Governo e que retrata a riqueza daqueles que detinham o poder no Pará na década de 1700.

O Museu possui diversos salões e, ao entrar no prédio, o visitante fica diante de uma grande escada que dá acesso ao acervo, podendo adentrar-se no “Salão Eclético”, que funcionou como o gabinete particular do governador, o qual decorado pelo artista francês Joseph Cassé ao estilo neorrenascentista que incorporou vários elementos de decoração, baseados em linhas históricas da tradição ocidental e, com elementos neoclássicos e neogóticos. Neste salão estão armários, louças, estantes, mesas, esculturas e lustres.

O salão Renascença, o mais importante salão do Palácio, é decorado por aço fundido proveniente dos Estados Unidos e adquirido pelo Governador Lauro Sodré no ano de 1894.

Nele está presente a tela “A conquista da Amazônia” do pintor Antônio Parreiras, que foi encomendada pelo Governador Augusto Montenegro para decorar um determinado salão do palácio.

**Imagem 5** - Salão Renascença (MEP).



Fonte: Dados da pesquisa. Fotografia: MARTINS, Eliane Epifane, 2017.

O salão Império, também decorado por Joseph Cassé, concebido como ante-sala para o salão de “Honra do palácio”, possui um conjunto de monumentos que retratam ideais modernos.

Neste sentido, os salões “Renascença e Império” são os salões nobres do palácio, mas possui ainda, a “galeria dos governadores”, a sala “Vicente Sales”, o “Ateliê Aberto”, a sala “Antônio José Landi”, a sala “Plácido José de Souza”, o salão “*Art Nouveau*” e o Salão “Pompeiano”, além do arquivo e da biblioteca, especializados em arte e a qual possui obras sobre a criação do MEP.

**Imagem 6** - Salão Império do Museu do Estado do Pará.



Fonte: Dados da pesquisa. Fotografia: MARTINS, Eliane Epifane, 2017.

O MEP por esta missão de museu não é descrito em um documento específico, mas o Decreto nº 1.434, de 13 de dezembro de 2004 determina que os museus do Sistema Integrado de Museus e Memoriais devem “preservar, conservar, incentivar, amparar e divulgar, por todos os meios ao seu alcance, o acervo de sua área de competência, visando ao desenvolvimento e aprimoramento cultural do Estado do Pará” (DECRETO Nº 1.434/2004), isto é, a preservação da memória é uma das prioridades do MEP, cujo localizado na Praça Dom Pedro II, bairro da Cidade Velha, centro histórico da capital paraense.

Todo o contexto supracitado serve para dar a conhecer os fatos que cercam a história do Palácio dos Governadores, transformado em Museu do Estado do Pará, pois no passado este palácio detinha o objetivo de servir de local para decisões política e moradia dos governadores paraenses.

Ao ser transformado em museu, passou a conduzir a missão institucional de preservar os patrimônios culturais salvaguardados em seu recinto e o objetivo de proporcionar e promover a valorização da memória social paraense.

#### 4.4.2 As práticas de preservação

**Quadro 4 - Práticas de preservação identificadas no Museu do Estado do Pará.**

<b>Conservação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Incidência de luz indireta sobre acervo;</li> <li>▪ Higienização do acervo.</li> </ul>
<b>Seleção</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A critério da instituição.</li> </ul>
<b>Aquisição</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Compra e Doação.</li> </ul>
<b>Pesquisa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Agendamento.</li> </ul>
<b>Disseminação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Redes sociais, jornais impressos e televisivos e <i>site</i> do SIM.</li> </ul>
<b>Segurança</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Monitoramento por câmeras de vigilância;</li> <li>▪ Extintores de incêndios.</li> </ul>

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

No Museu do Estado Pará, identificamos as práticas expostas no quadro 6. A incidência de luz sobre o acervo foi a primeira delas, cuja, que, atinge somente algumas partes do acervo, pois em outras, a luz natural entra durante o dia e clareia os salões do museu.

Outra prática dentro da conservação é a higienização, que foi possível de ser identificada, a partir da observação sobre cada peça do acervo, sendo constatado que as peças estavam todas limpas, mesmo com a intensa circulação de veículos próximo ao museu que acarreta a poluição do ambiente.

Sobre a **Seleção** e a **Aquisição**, estas ocorrem a critério do Sistema Integrado de Museus e Memoriais, entretanto, para a **Aquisição** do acervo, a instituição realiza compra e recebe doações, sendo que, algumas foram doadas famílias paraenses.

No alusivo à **Pesquisa**, esta é controlada por agendamento, todavia, como a instituição possui uma biblioteca, os usuários podem acessá-la, e, caso estes necessitem de informações específicas, que não conste no museu e na biblioteca, podem solicitar junto ao Sistema Integrado de Museus e Memoriais.

Na prática da **Disseminação**, identificou-se que esta ocorre de três modos: Redes Sociais, jornais impressos e site do Sistema Integrado de Museus e Memoriais. Sobre a disseminação da informação por jornais impressos, é possível encontrar vários recortes com informações, da fase que o museu desenvolveu atividades sobre a preservação do seu acervo.

Por último, identificou-se a **Segurança** como uma das principais práticas de preservação do MEP, pois assegura o acompanhamento sobre o que está acontecendo no acervo, quando o museu está aberto ao público ou quando está fechado. Neste caso, ocorre através de monitoramento em todos os compartimentos do museu via câmeras vigilância e,

embora a Política de Preservação do MAST, demonstre que há um sistema de combate a incêndio, observou-se que este não é compreendido em sua totalidade nesta instituição-memória, mas por outro lado, observou-se a presença de extintores de incêndio (H<sub>2</sub>O e CO<sub>2</sub>). Portanto, o MEP possui práticas de preservação, que podem ser mensurados pelos usuários e como foi constatado estas foram observadas durante a pesquisa de campo.

### 4.3 Museu de Arte de Belém

**Imagem 7** - Faixada do Museu de Arte de Belém.



Fonte: Dados da pesquisa. Fotografia: MARTINS, Eliane Epifane, 2017.

#### 4.3.1 Caracterização do Museu de Arte de Belém

O Museu de Arte de Belém (MABE) é uma instituição-memória administrada pelo governo municipal, criada através da Lei Municipal n. 7.348, de 20 de outubro de 1986. Este museu, até 1994, era denominado Museu da Cidade de Belém (MUBEL), porém, após esta data foi denominado Museu de Arte de Belém, devido abrigar obras oriundas da antiga Pinacoteca de Belém, o qual reflete através de seu acervo, um momento áureo do acumulo de riquezas proporcionada pela exploração da borracha no Pará.

A construção do prédio que abriga o museu ocorreu a partir de 1870, quando a região Amazônica estava em pleno desenvolvimento econômico, devido à exploração da borracha.

Neste ambiente, aspirava-se construir um local para atividades administrativas e políticas na cidade de Belém (DERENJI, 1996), o qual é hoje, o Museu de Arte de Belém.

O prédio foi projeto ao lado do Palácio do Governo em 1860, por José Coelho da Gama e Abreu e “deveria reunir o poder da Província, do Município, e por força de contribuição específica da Câmara” (DERENJI, 1996, p. 9).

Sua inauguração ocorreu em 15 de agosto de 1883, na gestão do Presidente General Barão de Maracaju, “na ocasião, autoridades e povo assistiram à benção solene do edifício e, também, à distribuição de 47 cartas de alforria a negros cativos” (DERENJI, 1996, p. 11), enfatizando que, a conclusão do prédio somente aconteceu em 1885 para abrigar o Paço Municipal, mas em 1887, abrigaria também o Tribunal de Relação e a Junta Comercial (DERENJI, 1996).

Na gestão de Antônio Lemos (1897-1911), o Palácio foi reformado e caracterizado ao estilo europeu, sendo que, objetos, mobiliários e obras de arte eram encomendas por Lemos para compor o interior do palácio e eram assinadas por artistas europeus e locais (DERENJI, 1996). Desta forma, o acervo transformou-se em um dos mais importantes e valiosos da cidade de Belém na época.

Segundo Derenji (1996, p. 11), Antônio Lemos conseguiu modernizar a cidade, pois “combinava capacidade administrativa, habilidade política e visão urbanística”, tanto é que, Belém foi a primeira cidade do Brasil a receber energia elétrica, no entanto, com a desvalorização do preço da borracha, o Estado sofre uma grave crise econômica, momento que coincide com a saída do Intendente Antônio Lemos do governo. Somente a partir de 1953, o prédio que abriga o museu é denominado Palácio Antônio Lemos, ou como é mais conhecido “Palácio Azul”, devido a cor de sua fachada.

A percepção de Derenji (2006, p. 12) aponta a relevância para a preservação do MABE, pois para ela é importante no sentido de “seu restauro parece, assim, emblemático de uma atitude de respeito à memória e ao cidadão adotado pelo poder público municipal neste fim de século”.

Nesta feição, o prédio que abriga o MABE recebeu o nome de Palácio Antônio Lemos, que é em homenagem ao Intendente de Belém, do período entre 1897 a 1911, e que proporcionou a modernização da cidade através de planos urbanísticos que advinham dos recursos gerados através da exploração da borracha no Pará (DERENJI, 1996).

O prédio no qual funciona o museu é tombado pelas esferas federal, estadual e municipal, mantém sua função pública original, e, abriga a sala de despachos da Prefeitura de Belém. Além de possuir diversos salões, no entanto, ao entrar no prédio, o visitante tem a

opção de conhecer algumas exposições. Mais adiante se depara com uma grande escada e com um longo tapete vermelho, que lhe dará acesso ao acervo do museu. O piso onde está o acervo, foi construído em madeira de lei e o visitante para ter acesso precisa retirar os sapatos e calçar pantufas.

O interior do Museu representa a modernidade que o período áureo da borracha representou para cidade de Belém, e, é constituído de amplos salões como os denominados, “Verde” e “Dourado” onde estão preservadas obras de arte, objetos e mobiliários, que pertenceram a Antônio Lemos.

**Imagem 8** - Fotografia do salão "Verde" do Museu de Arte de Belém.



Fonte: Dados da pesquisa. Fotografa: MARTINS, Eliane Epifane, 2017.

**Imagem 9** - Fotografia do salão "Dourado" do Museu de Arte de Belém.



Fonte: Dados da pesquisa. Fotografia: MARTINS, Eliane Epifane, 2017.

No prédio existem ainda os setores de administração, segurança patrimonial, programação visual, montagem, preservação, conservação, laboratório de restauração, setor de ação educativa, pesquisa museológica, museografia, setor de reserva técnica e mercenária, salas de exposições, as quais homenageiam os artistas que possuem obras no acervo, auditório, além da biblioteca especializada em artes visuais.

Quanto ao acervo, existe cerca de 1.500 obras entre luminárias, pinturas, esculturas, desenhos, gravuras, fotografias, mobiliário, cristais, vidros e porcelanas, “procedentes do Brasil e do Exterior, com datação na maior parte das vezes entre os séculos XVIII e XX” (FIGUEIREDO, 2014, p. 21).

Segundo Brito (2009, p.79) o MABE desde que foi criado “representou um marco no campo da preservação de acervo de artes plásticas no Estado, pois em seu interior foi criado o primeiro laboratório de restauração para este tipo de acervo, sob a responsabilidade de Benedicto Mello”.

No ano de 1996, o MABE tornou-se membro do Conselho Internacional de Museus (ICOM) com a missão institucional de preservar, guardar, restaurar e disseminar os patrimônios culturais, que são representações da memória social, e tem como objetivo fazer

deste um amplo centro, para que o público pudesse apreciar as obras de arte, preservar a memória e produzir cultura (BRITO, 1997).

Neste posicionamento, pode-se considerar o MABE como um lugar de memórias, e, os bens culturais ali expostos, proporcionam a descoberta de fatos que muitos paraenses desconhecem, como decisões políticas e administrativas que afetaram a sociedade paraense no século XIX, já que o poder estava nas mãos de poucos e a maioria da população era desprovida de direitos.

Por regra, o museu tem a missão de preservar a memória representada através dos patrimônios culturais, que formam um rico acervo de obras de artes e contam a história da cidade de Belém, que se constituiu aos moldes da riqueza proporcionada pela exploração da borracha, tendo Antônio Lemos como seu propulsor.

O museu está localizado na Praça D. Pedro II, s/n, no Palácio Antônio Lemos, bairro da Cidade Velha, Centro histórico da cidade de Belém.

#### 4.3.2 As práticas de preservação

**Quadro 5** - Práticas de preservação identificadas no Museu de Arte de Belém.

<b>Conservação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Limpeza e higienização das coleções;</li> <li>▪ Cortinas de nylon do tipo brise-brise nas janelas do prédio.</li> </ul>
<b>Seleção</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A critério da instituição.</li> </ul>
<b>Aquisição</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Compra e Doação.</li> </ul>
<b>Processamento técnico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Registro em inventário.</li> </ul>
<b>Acesso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Controladas por visitas monitoradas.</li> </ul>
<b>Disseminação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Redes sociais, jornais impressos e televisivos e <i>site</i> da prefeitura de Belém.</li> </ul>
<b>Treinamento e capacitação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Funcionários.</li> </ul>
<b>Restauração</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Funcionária especializada.</li> </ul>

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

O Museu de Arte de Belém dispõe de várias práticas de preservação, que incluem desde a **Conservação**, que foi observada a limpeza e higienização das coleções, que garantem a não proliferação de micro-organismos sobre os patrimônios culturais, luz indireta difusa sobre o acervo, e, a utilização de cortinas de nylon do tipo *brise-brise* nas janelas do prédio.

Quanto à prática de preservação aplicada aos patrimônios culturais do MABE, que envolvem a efetividade da luz sobre as peças, não foi possível perceber a presença de luxímetro no ambiente do museu. Para a prática de se preservar contra a poeira e a luz-violeta, foram postas cortinas de nylon do tipo *brise-brise* nas janelas do museu, e, operam como filtros, pois como a instituição fica alocada em uma das avenidas mais movimentadas da cidade, a tendência é uma maior incidência desses fatores de deterioração sobre o acervo.

A **Seleção** ocorre de acordo com os interesses da instituição, mas o MABA realiza **Aquisição** através da compra e da doação, sendo que, essa informação foi adquirida através de informações dadas pelo monitor do acervo.

No **Processamento Técnico** observou-se cientificamente que a instituição-memória tem controle de registro de peças, através de inventário.

A prática de preservação como o **Acesso**, é controlado por visitas monitoradas.

No que é relativo à **Disseminação**, esta é realizada através de redes sociais, jornais impressos, televisivos e pelo *site* da Prefeitura de Belém, onde são divulgadas informações sobre o que acontece de programação, cursos, oficinas, seminários, serviços e produtos desenvolvido pelo museu ao público em geral.

Quanto ao **Treinamento** e a **Capacitação**, estes são direcionados aos funcionários do museu em forma de cursos. Durante a pesquisa, foi identificado que a instituição aplicava um curso sobre salvamento de acervos.

A **Restauração** é uma prática realizada por um setor específico do museu, e pela restauradora Waldereis Araújo, no Setor de Restauração. Sob esta vertente, o MABE detém várias práticas de preservação, muito das recomendadas pela literatura científica.

#### **4.4 Museu do Círio**

**Imagem 10** - Entrada do Museu do Círio.



Fonte: Museu do Círio, 2013.

#### 4.4.1 Caracterização do Museu do Círio

A instituição-memória Museu do Círio é vinculada ao Governo do Pará, ao Sistema Integrado de Museus e Memoriais (SIM) e a Secretaria de Estado de Cultura do Estado do Pará (SECULT). Sua fundação ocorreu em 9 outubro de 1986, inicialmente funcionou no subsolo da Basílica de Nazaré, mas, no ano de 2002, foi reinaugurado e transferido para o endereço, rua Padre Champagnat, bairro Cidade Velha, centro histórico da cidade de Belém, fazendo parte da arquitetura que compõem o Complexo Felix Lusitânia, local restaurado e que preserva várias instituições sob a responsabilidade do governo do Estado do Pará (MIRANDA, 2006).

O Museu do Círio tem como intuito salvaguardar um acervo que retrata o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, que é uma manifestação religiosa católica, que acontece todos os anos, no segundo domingo de outubro, desde o ano de 1783, na cidade de Belém.

Essa manifestação religiosa é considerada um símbolo para os paraenses católicos, pois os mesmos a comparam-na ao Natal, data de nascimento de Jesus, momento em que as famílias recebem seus parentes vindos dos interiores do Estado, para confraternizarem e realizarem o “almoço do Círio”, onde o “prato” principal é o “pato no tucupi” e a “maniçoba”.

Ao entrar no museu, o visitante depara-se com um grande quadro que retrata a história do advento do Círio, em seguida tem acesso ao salão onde ficam expostas as peças do acervo.

Em memória do Círio, os traços e trajetos são contados desde a entrada até a saída do museu. Entre as peças existentes estão os quadros, que referenciam peregrinos no trajeto do Círio e quadros contendo textos, que explicam a origem da devoção em Nossa Senhora de Nazaré na capital do Pará. Desta forma, o Círio que faz parte da cultura do paraense, é reconhecido como uma das maiores manifestações religiosas católicas do Brasil, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como patrimônio cultural imaterial brasileiro.

O acervo do museu é composto por cerca de aproximadamente duas mil peças, divididas em dez coleções, entre objetos de arte sacra do século XIX, objetos feitos de miriti ou coleção brinquedos populares, ex-votos, vestimentas, os mantos usados pela imagem de Nossa Senhora de Nazaré, guardados desde 1980, entre outros.

Reproduza-se que o acervo é renovado a cada ano após o término da festividade, quando os ex-votos são doados e selecionados pela equipe do museu, ficando expostos até o término do próximo Círio, sendo que, todos os ex-votos que doam são entrevistados para contar a história de suas promessas (SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DO PARÁ, 1994).

**Imagem 11** - Peças do acervo do Museu do Círio.



Fonte: Dados da pesquisa. Fotografia: MARTINS, Eliane Epifane, 2017.

Dentre as peças em destaque, está o cavalo de brinquedo pertencente a um antigo carrossel movido à caldeira, da década de 1930, alocado frente à Basílica de Nossa Senhora de Nazaré, pois fazia parte do arraial. Os objetos como barcos, casas, vestido, bonecos de cera, são peças que foram doadas por peregrinos, e, que representam promessas alcançadas.

A imagem de dois homens labutando com um pilão (ver imagem 5), são os famosos brinquedos de miriti, cujos produzidos por artesãos da capital ou de algum município do interior do Pará, enquanto que, os dois estandartes estampam imagens religiosas e são objetos que fizeram parte de antigas procissões, mas, que foram doados ao acervo do museu. A composição do acervo reflete principalmente, a preservação da memória referente a mais de 200 anos de Círio. Na concepção de Brito (2009, p. 84) o Museu do Círio “desde sua criação vem trabalhando na construção de seu acervo, procurando, através da sua sistematização, promover o estudo antropológico dos bens culturais e preservar a história do Círio”.

Neste ínterim, a missão do museu como instituição-memória que abriga um dos mais importantes patrimônios culturais imateriais que a cidade de Belém possui, o Círio de Nossa

Senhora de Nazaré, é preservar a memória de umas das maiores manifestações culturais de cunho religioso e profano, símbolo da cidade de Belém.

O Museu do Círio uma instituição que surgiu para servir de ambiente sociocultural, preservando um patrimônio cultural imaterial, o “Círio de Nazaré”, considerado pelo IPHAN como patrimônio imaterial brasileiro. Portanto, a missão do Museu do Círio, é trazer para a sociedade a cultura popular através da manifestação religiosa e profana que é o “Círio de Nazaré”, e seus objetivos são direcionados justamente a preservar este patrimônio.

#### 4.2.2 As práticas de preservação

**Quadro 6 - Práticas de preservação identificadas no recinto do Museu do Círio.**

<b>Conservação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Incidência de luz indireta no acervo;</li> <li>▪ Higienização do acervo.</li> </ul>
<b>Seleção</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A critério da instituição.</li> </ul>
<b>Aquisição</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Doação.</li> </ul>
<b>Processamento técnico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Registro em inventário.</li> </ul>
<b>Disseminação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Redes sociais, jornais impressos e televisivos e <i>site</i> do SIM.</li> </ul>
<b>Segurança</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Monitoramento por câmeras de vigilância;</li> <li>▪ Extintores de incêndios.</li> </ul>

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

No quadro 4, apresenta-se as práticas preservação desenvolvidas pelo Museu do Círio. A **Conservação** é a primeira que identificou-se, e, corresponde, a incidência de luz indireta sobre o acervo e a higienização do acervo.

Em relação a incidência de luz sobre o acervo e a higienização, foi possível ser detectado através da observação, que os bens culturais recebiam indiretamente raios de luz sobre si, e estes estavam todos higienizados.

Quanto a prática da **Seleção** e da **Aquisição**, ocorre que, primeiramente, o museu realiza a aquisição através da doação de peças dos romeiros do Círio ao museu, em seguida estas são selecionadas por uma equipe de funcionários, posteriormente farão parte do acervo

durante o período de um ano, sendo que, os doadores passam por entrevistas e contam a história de suas promessas.

Sobre o **Processamento Técnico**, observou-se cientificamente que a instituição-memória tem controle de registro de peças, através de inventário.

Em relação à **Disseminação**, identificou-se que a instituição mantém informados os usuários por vários meios, ou seja, através de redes sociais, jornais impressos e televisivos e pelo *site* do Sistema Integrado de Museus e Memoriais, mantendo atualizados sobre as programações e ações de preservação do museu.

A última prática de preservação identificada no Museu do Círio foi sobre a **Segurança**, que ocorre através de monitoramento em todos os compartimentos do museu via câmeras vigilância e, embora a Política de Preservação do MAST, demonstre que há um sistema de combate a incêndio, observou-se que este não é compreendido em sua totalidade na instituição-memória, mas por outro lado, observou-se a presença de extintores de incêndio (H<sub>2</sub>O e CO<sub>2</sub>).

Durante a pesquisa de campo também foi possível observar que, algumas peças estavam preservadas em suportes de vidros, como por exemplo, o manto do Círio do ano 200, confeccionado no ano de 1992 e dois estandartes que foram utilizados em Círios antigos, não especificados o ano. Ensejo este, devido a instituição desenvolver essas práticas visando manter vivo o patrimônio cultural imaterial, que é o Círio de Nazaré, de forma que, seus usuários ao percorrer os espaços do museu observem que a instituição investe na preservação do acervo.

#### **4.5 Museu de Arte Sacra do Pará**

**Imagem 42** - Faixada do Museu de Arte Sacra.



Fonte: Dados da pesquisa. Fotografia: MARTINS, Eliane Epifane, 2017.

#### 4.5.1 Caracterização do Museu de Arte Sacra do Pará

Partindo para o ano de 1653, a cidade de Belém abriu suas portas para as expedições dos missionários jesuítas, e, a vinda desses religiosos interferiu de maneira significativa na forma como os lusitanos tratavam os indígenas.

Os ensinamentos dos missionários ameaçavam a exploração da mão de obra indígena, com isto, ocorriam várias manifestações dos portugueses para a expulsão dos missionários das terras belenense.

Neste cenário, o Museu de Arte Sacra que é uma instituição-memória construída logo após a fundação de Belém, preserva patrimônios culturais oriundos da permanência dos jesuítas na região amazônica. A instituição antes de ser museu, foi construída para ser Colégio dos jesuítas na Província do Grão-Pará, em 1653, período colonial. Entretanto, no Pará as expedições religiosas começam com a nomeação do Capitão-mor, Manuel de Souza Eça, em 1626, que solicita ao Rei de Portugal licença para trazer quatro padres e instalarem-se na Província (COELHO, A.; COELHO, G., 2005).

Este passo ampliou os horizontes da colonização no Pará, pois com a vinda dos jesuítas para a capital, foi construído o Colégio, e, aplicados os ensinamentos para com os indígenas. Como consequência, o museu preserva um acervo de obras sacras, oriundas no século XVII, e principalmente, preserva através da sua arquitetura a memória social das relações jesuítas na cidade de Belém.

Também, a Companhia de Jesus se instalou no norte do Brasil, a partir do convite de Fernão Cardim para os padres Francisco Pinto e Luís Figueira, que vieram com a missão de catequizar índios e “salvar almas perdidas” (COELHO, A.; COELHO, G., 2005).

A construção do primeiro Colégio Jesuíta na Província do Grão-Pará, não era uma ideia bem-vinda para os portugueses, mas após um longo processo para impedir a construção, em 26 de janeiro de 1653, deu-se os primeiros passos para construção, que contou com a “ajuda” de mão de obra indígena e de moradores da cidade de Belém. Relate-se que, a permanência dos jesuítas em Belém, não ocorreu de forma pacífica, pois os portugueses tinham interesses econômicos na escravidão dos indígenas e, de certa forma, a permanência dos jesuítas atrapalhava o recrutamento desta mão de obra.

D. José I chegou ao trono de Portugal em 1750, e, neste momento, nomeia Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, para compor o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, a partir deste ano começaria o declínio dos jesuítas em solos amazônicos. Pombal detinha o interesse em desenvolver a Amazônia para acumular capital, mas para isso era necessário expulsar os jesuítas do local, então nomeia seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado para aplicar a política capitalista pombalina.

Neste momento, os jesuítas foram perdendo espaços, um documento chamado “regime das missões”, que permitia aos jesuítas intervir na exploração escravista dos índios, foi sendo modificado e abriu caminhos para a expulsão dos missionários da região amazônica em 1760 (COELHO, A.; COELHO, G., 2005).

Logo após a expulsão dos jesuítas do Pará, o Colégio foi transformado em “Palácio dos Bispos” e sofreu modificações em sua arquitetura, a Igreja de Santo Alexandre que faz parte da construção foi abandonada, mas em 1761, voltou a funcionar sob a responsabilidade da Irmandade do Santo Cristo do Forte até 1795, e o Colégio passou por várias reformas sob a responsabilidade do Bispo D. Macedo Costa (COELHO, A.; COELHO, G., 2005).

Todos esses fatos são importantes para compreender-se como se moveu o processo de construção da memória de Belém, a partir do antigo Colégio Jesuíta ao Museu de Arte Sacra. Este itinerário, segundo Coelho, A. e Coelho, G., (2005, p. 52) “dá-se o reencontro de Belém com um monumento expressivo do seu panorama social e cultural, uma sólida construção plantada e implantada no solo da cidade e na memória coletiva de seus cidadãos” (COELHO, A.; COELHO, G., 2005, p. 52), e mais, “na capacidade de todos nós em discutir o passado e arguir a identidade que carregamos” (IBIDEM).

O Museu de Arte Sacra (MAS) é uma instituição-memória ligada ao Governo do Estado do Pará, ao Sistema Integrado de Museus e Memoriais (SIM) e a Secretaria de Estado

de Cultura do Estado do Pará (SECULT). A fundação do museu ocorreu em 28 de setembro de 1998, sendo tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), desde 28 de julho de 1964, em instância federal, e em 30 de março de 1990, em instância municipal.

O acervo é composto por 350 peças oriundas do século XVII ao XX, que fizeram parte do acervo jesuítico, de igrejas do Pará e de colecionadores (BORGES, 2013). Ao adentrar no museu o visitante depara-se com escadas que darão a ele o acesso às obras de arte sacra. O piso do museu reflete as construções do século XVII, que eram construídas em madeiras de lei da região amazônica. Entre as peças do acervo estão imagens religiosas em tamanhos variados, pinturas, candelabros e louças (ver imagem 15).

**Imagem 53** - Peças do acervo do Museu de Arte Sacra.



Fonte: Dados da pesquisa. Fotografia: MARTINS, Eliane Epifane, 2017.

Reporte-se que, o objetivo da instituição é preservar, conservar e difundir a memória que referencia a presença dos missionários jesuítas em Belém e durante o período de colonização da Amazônia. Ademais, o MAS faz parte de um complexo de outras instituições, no caso, o mais relevante é a Igreja de Santo Alexandre, ambos fazem parte de edificações construídas as margens da baía do Guajará e da Praça Frei Caetano Brandão, que foram inseridas no projeto “Feliz Lusitânia”, que “busca suscitar os referenciais históricos, sociais

e econômicos no processo de ocupação territorial da Amazônia e do Pará” (COELHO, A.; COELHO, G., 2005, p. 9).

Logo as expedições jesuítas na região amazônica, proporcionaram a permanência de suas memórias através de seus monumentos históricos, no caso de Belém, o Colégio Jesuíta. Hodiernamente, o museu é considerar no âmbito de suas representações uma forma de abstrair do passado significações a partir dos objetos, os quais fazem parte desse contexto, logo são objetos que fazem parte da memória coletiva dos belenenses (COELHO, A.; COELHO, G., 2005).

Isso quer dizer que, antes do MAS existir, a missão e objetivos do Colégio dos Jesuítas estavam ligados a questões econômicas e religiosas, ou seja, a exploração das drogas do sertão, a catequização dos índios e os ensinamentos de ofícios como o entalhe em madeira.

Agora, a missão institucional é justamente preservar os patrimônios culturais e os espaços como resquícios de memória, pois no conjunto arquitetônico e os artefatos nele expostos, são característicos da memória construída neste lugar.

Ainda, o Museu de Arte Sacra detém a missão institucional de preservar os patrimônios culturais ali expostos, através de um acervo com mais de 200 peças, além de disseminá-las, de forma democrática, para que toda a população tenha acesso. O Museu de Arte Sacra fica localizado na Praça Frei Caetano Brandão, s/n, Bairro Cidade Velha, Centro Histórico da cidade de Belém.

#### 4.5.2 As práticas de preservação

##### **Quadro 7 - Práticas de preservação identificadas no Museu de Arte Sacra do Pará.**

<b>Conservação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Incidência de luz indireta no acervo;</li> <li>▪ Higienização do acervo.</li> </ul>
<b>Seleção</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A critério da instituição.</li> </ul>
<b>Aquisição</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Compra, doação e permuta.</li> </ul>
<b>Processamento técnico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Registro em inventário.</li> </ul>
<b>Disseminação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Redes sociais, jornais impressos e televisivos e <i>site</i> do SIM.</li> </ul>
<b>Segurança</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Monitoramento por câmeras de vigilância;</li> <li>▪ Extintores de incêndios.</li> </ul>

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

No Museu de Arte Sacra foram possíveis de serem identificadas, poucas práticas de preservação. A **Conservação** foi a primeira delas e envolvia a incidência de luz e a higienização do acervo.

No que é atinente à incidência de luz, esta acontece de forma indireta, com algumas peças do acervo sequer recebendo luz, ficando em áreas totalmente sem iluminação. Logo, compreendeu-se que os raios luminosos podem alterar a coloração das peças e, por isso, a orientação é que, não é permitido fotografá-las com *flash*.

Quanto a higienização do acervo, foi possível de ser identificado após observação das peças, pois algumas ficam expostas pelos corredores do museu, e, possíveis de serem observadas suas condições de higiene.

No tocante à prática de preservação que envolve a **Seleção**, esta ocorre segundo critérios da administração do museu e do SIM, e como resultado ocorre em seguida a prática da **Aquisição**, que é realizada de três formas: compra, doação e permuta.

Estas práticas foram possíveis de serem identificadas, a partir de conversa com a restauradora, que informou sobre estas práticas, e até, de observações, já que as peças acedem informações sobre sua origem.

Em relação ao **Processamento Técnico**, observou-se cientificamente que a instituição-memória tem controle de registro de peças, através de inventário.

No que se refere a **Disseminação** da informação do Museu de Arte Sacra, esta ocorre via Redes Sociais, jornais impressos e pelo *site* do Sistema Integrado de Museus e Memoriais. Por fim, identificou-se a **Segurança** do acervo, que ocorre através de monitoramento em todos os compartimentos do museu via câmeras vigilância e, embora a Política de Preservação do MAST, demonstre que há um sistema de combate a incêndio, observou-se que este não é compreendido em sua totalidade na instituição-memória em questão, mas por outro lado, observou-se a presença de extintores de incêndio (H<sub>2</sub>O e CO<sub>2</sub>).

#### **4.6 Museu do Forte do Presépio**

**Imagem 64** - Entrado do Museu do Forte do Presépio.



Fonte: Dados da pesquisa. Fotografia: MARTINS, Eliane Epifane, 2017.

#### 4.6.1 Caracterização do Museu do Forte do Presépio

Para caracterizar o Museu do Forte do Presépio, é necessário se posicionar historicamente relacionando como este surgiu e como tornou-se uma instituições-memória, ao nascimento da cidade que é o contexto ponto de partida para este estudo.

O episódio que sucedeu a fundação da cidade de Belém ocorreu em 25 de dezembro de 1615, quando portugueses partiram da cidade de São Luiz do Maranhão, em direção a uma região habitada por indígenas da tribo tupinambá, e, ao chegarem batizaram-na com o nome de “Belém”, em homenagem a partida da expedição, que ocorreu no dia 25 de dezembro, dia de Natal.

Neste ínterim, Coelho (2006) descreveu os fatos que antecederam a viagem que definiu a fundação de Belém:

Após a vitória, Alexandre de Moura começou a projetar três núcleos de povoamento – Ceará, Maranhão e Pará – a fim de impedir outras incursões estrangeiras, dando atenção especial à foz do rio Amazonas. Ordenou a Francisco Caldeira de Castelo Brando, antigo Capitão-mor do Rio Grande do Norte (1612-1614) e um dos integrantes da expedição que conquistou o

Maranhão, que viajasse até o Pará, na companhia do francês Charles Des-Vaux, grande conhecedor da região, a fim de garantir sua posse para a Coroa de Portugal. Partindo de São Luís a 25 de dezembro de 1615 com três embarcações e uma guarnição de 150 soldados, chegaram à baía do Guajará em 12 de janeiro de 1616. O desembarque se deu em uma ponta de terra elevada conhecida pelos índios como Mairy, que domina a estratégia confluência dos rios Pará e Guamá, onde o Capitão-mor mandou construir uma paliçada de madeira, na forma de um fortim, batizado de “Presépio de Belém”(…). (COELHO, G.; COELHO, A; AGRASSAR, 2006, p. 38)

Deste episódio, nasce a cidade de Belém e constrói-se o “Forte do Presépio”, local que se caracteriza em um espaço que reflete o poderio dos canhões portugueses e a exploração indígena durante o período colonial. Mas, também é fruto de projeções para povoamento dos Estados do Ceará, Maranhão e Pará, primordialmente para garantir o domínio sobre a região amazônica (COELHO, G; COELHO, A; AGRASSAR, 2006).

O “Forte do Presépio”, também se caracteriza como um dos mais emblemáticos e simbólicos patrimônios culturais da cidade e foi “palco” de grandes batalhas, principalmente as que envolveram indígenas e portugueses.

Por esse prisma é possível perceber as relações de poder exercidas pelos portugueses sedentos por riquezas sobre os indígenas, primeiros habitantes desta região, os quais perderam suas moradas ao serem mortos ou expulsos de suas terras.

Com base nesta situação, fica visto que a função do Forte do Presépio se atinha a questões políticas, pois decisões eram tomadas em Portugal e repassadas aos Portugueses em Belém, e, também a servir de barreira para possíveis conflitos entre indígenas ou invasores estrangeiros, pois naquele momento, o que mais os portugueses temiam era a perda da sua hegemonia sobre a região, já que Portugal estava em busca de novas colônias.

Fica evidente que o objetivo da construção do “Forte” era tanto político quanto econômico, pois os interesses partiam das decisões de Portugal, e, as ações eram direcionadas à exploração das riquezas da região amazônica, sendo que, a fundação da capital paraense serviria de ponto de penetração na Amazônia.

Consequentemente, o Forte do Presépio foi caracterizado como uma espécie de “fortaleza”, e aqueles que se rebelavam ou não concordavam com as normas impostas pelos portugueses, eram expulsos ou mortos, fazendo com que imperasse as decisões lusitanas.

Contudo, ao percorrer o contexto histórico da construção do “Forte do Presépio”, demandando referenciais de memória, observou-se que é o Museu do Forte do Presépio quem guarda e preserva estas memórias, é nele que estão os artefatos, que servem de referenciais

para comprovação daqueles que construíram a memória deste lugar, no caso os indígenas e os colonizadores.

Presentemente, o Museu do Forte do Presépio é uma instituição-memória atrelada ao Governo do Estado do Pará, à Secretaria de Cultura do Estado e ao Sistema Integrado de Museus e Memoriais (SIM). Fica localizado de frente para a baía do Guajará, ao lado da feira do açaí e do Ver-o-Peso, locais abertos onde se comercializam produtos como peixes e açaí vindos de ilhas do entorno de Belém.

A criação do museu ocorreu no ano de 2001, sendo que em 2002, o processo de restauração é formalizado através de contrato entre o Comando da 8ª Região Militar, o Governo Estadual e o Ministério do Exército, transformando a estrutura do Forte do Presépio em espaço cultural sob a responsabilidade da Secretaria de Cultura do Estado do Pará. Não obstante, o espaço o qual o museu fica localizado foi tombado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde o ano de 1962 (COSTA, 2007).

Durante as escavações para restauração do Forte, arqueólogos encontraram artefatos, que pertenciam aos indígenas, cujos são preservados no museu e expostos ao público, e, todo o entorno do museu reflete características marcantes do período de colonização na Amazônia.

O acervo é composto por peças como: cachimbos; lâminas de machados em pedra polidas e semi-polidas, utilizadas no corte de caça e pesca constituídas de rochas magmáticas e granitoides da região da Serra dos Martírios, vale do rio Araguaia, sudoeste do Pará e com idade de aproximadamente de 6.000 anos; grandes e pequenos vasos de cariatídes; pratos pintados; muiraquitãs, considerados adorno e objeto de proteção na atividade de caça e pesca; quadros com fotografias sobre os modos de vida dos índios; botões de fardas; moedas em ouro e canos de espingarda que pertenceram aos portugueses; garrafas; louças de porcelanas oriundas de Portugal, estatuetas.

No acervo constam itens iconográficos, que contam a história da fundação de Belém, o significado de desenhos estampados em peças, a cronologia dos grupos arqueológicos da Amazônia, entre outros.

O museu preserva aspectos originais da sua antiga construção, graças às prospecções arqueológicas e as pesquisas sobre o local, e, é dividido em duas partes: a externa, onde estão expostas as peças de artilharia, e a interna, onde está preservado o acervo museológico.

Sublinhe-se que, a missão e os objetivos mudaram. O Forte do Presépio que antes detinham a missão de exercer ações políticas e objetivos econômicos, hoje, tem sob sua égide:

a) A missão institucional de preservar seus patrimônios culturais, que são concernentes aos artefatos produzidos pelos indígenas antes e durante a dominação portuguesa: e,

b) Os objetivos que são voltados para ações culturais que geram a conscientização para preservação dos patrimônios culturais, estreitando as relações da memória com a história e, ultrapassando os muros da instituição via participação da população para a preservação da memória social paraense.

Explicita-se assim, que o Museu do Forte do Presépio é uma instituição-memória, que guarda e preserva os patrimônios culturais que refletem a memória social dos antigos habitantes de Belém e dos antigos moradores da região amazônica, no caso os índios Tupinambás, extintos dessa localidade e possibilita imaginar através do seu acervo os modos de vida desses indivíduos.

Divulgue-se que o museu é aberto ao público em dias específicos, está localizado na Praça Dom Frei Caetano Brandão, s/n, bairro Cidade Velha, centro histórico de Belém.

#### 4.6.2 As práticas de preservação

**Quadro 8** - Práticas de preservação identificadas no Museu do Forte do Presépio.

<b>Conservação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Armazenamento dos documentos em estantes de vidros;</li> <li>▪ Incidência de luz indireta sobre o acervo.</li> </ul>
<b>Seleção</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A critério da instituição.</li> </ul>
<b>Aquisição</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Compra.</li> </ul>
<b>Processamento técnico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Registro em inventário.</li> </ul>
<b>Pesquisa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Agendamento.</li> </ul>
<b>Acesso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Monitoramento.</li> </ul>
<b>Disseminação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Redes sociais, jornais impressos e televisivos e <i>site</i> do SIM.</li> </ul>
<b>Segurança</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Monitoramento por câmeras de vigilância;</li> <li>▪ Extintores de incêndios.</li> </ul>

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Durante a pesquisa realizada no Museu do Forte do Presépio, identificou-se primeiramente a prática da **Conservação**. Esta envolve o armazenamento de parte do acervo dentro de suportes de vidros, e outros separados por cordão de isolamento.

Outra prática dentro da Conservação e identificada durante a pesquisa, foi a forma como a luz incide sobre o acervo. Este não recebe luz de forma direta propositalmente para que os raios não venham a influenciar na mudança de cor das peças, inclusive é proibido fotografar com *flash* as peças do museu, uma prática que alguns visitantes fazem vista grossa, já que é constante observar sua utilização com a justificativa que o museu é escuro.

Sobre a **Seleção**, esta prática de preservação somente ocorre a critério da administração do museu e do Sistema Integrado de Museus e Memoriais. Com o resultado da Seleção, o museu realiza a **Aquisição**, e, durante a pesquisa, foi constatado que parte do museu é fruto de doações e outra parte resultante de escavações no Forte. Assim, são práticas ligadas à tomada de decisões, que facilita a objetividade da composição do acervo.

Quanto ao **Processamento Técnico**, observou-se cientificamente que a instituição-memória tem controle de registro de peças, através de inventário.

A **Pesquisa** e o **Acesso** são práticas de preservação controladas pela administração do museu, com o objetivo de manter preservado o acervo e condicionar o tipo de pesquisa dentro da instituição. Deve ser falado que, a pesquisa pode ocorrer livremente, mas caso um pesquisador ou um usuário resolver ampliar sua pesquisa, este é condicionado a realizar um agendamento junto ao Sistema Integrado de Museus e Memoriais e a administração do MFP.

O **Acesso** pode ocorrer livremente, porém, consoante o tipo de pesquisa há o monitoramento por funcionários do museu. Ademais, nas visitas, há orientação por parte dos vigilantes, que se localizam na entrada do museu, informando aos usuários sobre procedimentos que não podem ocorrer.

Quanto à **Disseminação**, esta foi identificada através dos seguintes meios de comunicação, ou seja, através de Redes Sociais, jornais impressos e site do Sistema Integrado de Museus e Memoriais. Essa é a maneira de se informar os usuários sobre quando o acervo é fechado para a realização de ações e procedimentos de preservação, e sobre serviços, produtos e atividades culturais desenvolvidas no seu recinto.

Em relação a **Segurança** dos patrimônios culturais, estes são monitorados por um sistema de câmeras de vigilância e por vigilantes, que acompanham os usuários nas visitas ao museu. Embora a Política de Preservação do MAST, demonstre que há um sistema de combate a incêndio, observou-se que este não é compreendido em sua totalidade no MFP,

mas por outro lado, observou-se a presença de extintores de incêndio (H<sub>2</sub>O e CO<sub>2</sub>). A imagem 13, mostra como estão conservados a maioria dos bens culturais do museu.

**Imagem 75** - Peças do Museu do Forte do Presépio, protegias por vidraças.



Fonte: Dados da pesquisa. Fotografia: MARTINS, Eliane Epifane, 2017.

#### 4.7 Museu de Gemas do Pará

**Imagem 8** - Faixada do Museu de Gemas do Pará.



Fonte: <http://www.obomdacidade.com.br/belem/links-uteis/roteiros-turisticos/sao-jose-liberto---museu-gemas-do-para>

#### 4.7.1 Caracterização do Museu das Gemas do Pará

No ano de 1740, surge um lugar que foi transformado em uma instituição-memória, isto é, o Museu de Gemas do Pará, que fica localizado dentro do Espaço São José Liberto.

Primeiramente, o prédio serviu de convento para os jesuítas e foi construído pelos frades capuchinhos de Nossa Senhora da Piedade em 1740, para impulsionar suas missões evangélicas, mas, com a expulsão dos jesuítas do Brasil, o prédio tomou outros rumos, serviu de olaria, depósito de pólvora, quartel, hospital e presídio (PINTO, 2012).

Dois períodos foram de destaque para esta instituição, o ano de 1835, quando serviu de hospital para socorrer os feridos durante as batalhas no período da Cabanagem e, 1843 quando a instituição é transformada no Presídio São José (MIRANDA, 2006).

Durante o decurso de tempo em que a instituição permaneceu como Presídio ocorreu inúmeras rebeliões que marcaram a memória da cidade de Belém, neste caso, pode ser citada a que ocorreu no dia 1 de março de 1998, em que durante uma missa matinal, detentos se rebelaram e mantiveram como reféns nove pessoas, incluído o padre, freiras e agentes penitenciários.

Após várias revoltas, o governo do Estado do Pará refletiu sobre a situação do presídio e resolveu desativar a instituição penal.

Em 2002, a instituição restaurada é aberta para visitas, fundando-se o Espaço São José Liberto, sendo também instalado em seu ambiente, o Museu de Gemas do Pará. O antigo presídio, foi dividido em vários espaços e dentro de alguns, ocorre a comercialização de joias e gemas do Pará.

Atente-se para o fato de que a arquitetura do prédio foi preservada e atravessa os intrínsecos caminhos da memória, cujas lembranças episódicas fortes demais para se esquecer, mesmo com as alterações sofridas.

O Museu de Gemas do Pará (MGP) é uma instituição vinculada ao Governo do Estado, à Secretaria Executiva de Cultura do Pará (SECULT) e ao Sistema Integrado de Museus e Memoriais (SIM).

No ano de 2002, a instituição foi fundada e denominada de “Espaço São José Liberto”, cujo é composto pela “Capela São José Liberto”, a ourivesaria, a “Casa do Artesão”, o Polo Joalheiro, o Anfiteatro Coliseu das Artes, o Memorial da Cela e o “Jardim da liberdade”.

Dentro do “Espaço São José Liberto”, destacamos:

a) A Capela São José Liberto, que foi construída em pedra e onde são realizadas missas, casamentos e apresentações culturais;

b) O “Polo Joalheiro”, que possui atrelamento com o governo do Estado, e, desenvolve atividades de comércio de joias e artesanatos, sendo administrado pelo Instituto de Gemas e Joias da Amazônia (IGAMA) e mantido pela Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SEICOM);

c) O “Memorial da Cela”, onde estão os artefatos utilizados pelos presidiários durante os motins; e,

d) O “Jardim da Liberdade”, que é um amplo espaço que reúne elementos da natureza e em seu centro, destaca-se um quartzão de aproximadamente dois metros de altura e alguns chafarizes.

O Museu de Gemas do Pará é um espaço dentro de um espaço como já foi definido, mas a principal característica deste lugar é a arquitetura pertinente, ou seja, as salas do acervo serviram de celas do antigo Presídio São José.

O MGP possui aproximadamente quatro mil peças, que incluem cerâmica arqueológica de indígenas das tribos “marajoara e tapajônica”, pedras preciosas e semipreciosas, equipamentos utilizados em garimpos para extração de ouro, entre outros.

Ao adentrar no museu, o visitante pode percorrer por cinco salas, a primeira sala é denominada “Acervo de peças arqueológicas”, onde estão os artefatos produzidos por

indígenas como, vasos, pratos, estatuetas, bandejas, lâminas de machado de pedra polida, urna funerária, estatueta antropomorfa, zoomorfa e muiraquitãs<sup>5</sup> milenares.

A segunda sala é denominada “Acervo de Gemas”, onde estão as gemas como, diamantes, esmeraldas, quartzo, ametistas, pepitas de ouro, pegmatito, além de equipamentos utilizados na extração do ouro.

A terceira sala é o “Acervo de Gemas I”, onde estão grandes gemas de ametistas, quartzos de várias cores e um equipamento utilizado durante a década de quarenta do século XX, para exploração de diamante, na região do rio Tocantins.

A quarta sala é denominada de “Acervo de Gemas do Pará II”, onde estão grandes quartzos e troncos fossilizados com micros cristais de quartzos,

E a quinta sala denominada, “Jóias e adornos regionais”, estão jóias fabricadas no período da “Belle époque do Pará”, que impulsionou o mercado mundial favorecendo a circulação de moeda, o consumo de padrões de vida e ideais estéticos importados da Europa.

Neste período, na cidade de Belém, surgiram uma gama diversificada de oficinas de jóias e joalherias, que se baseavam em criações como do francês René Lalique, ricas em elementos da natureza.

A despeito, o MGP é uma instituição que tem a missão de guardar e preservar elementos da cultura indígena, através de artefatos considerados como patrimônios culturais do Pará, e, da região amazônica.

São esses elementos que carregam em seu bojo, a reflexão sobre os nossos antepassados por intermédio desses referenciais de memória expostos em seu acervo, e, permitem a construção da memória, a partir deles, dos modos de vida característicos dos povos que viveram nesta região, e, a composição integral da riqueza da região amazônica quando o assunto é concernente à exploração mineral. Sob essas particularidades, se pode caracterizá-lo como uma instituição-memória.

Deve-se, entretanto sempre rememorar que, o Museu de Gemas do Pará, antes de se consolidar como uma instituição-memória foi espaço de outras missões, ou seja, atendeu a diversas funções e objetivos, no caso, políticos, econômicos e religiosos. Com o passar do tempo, evoluiu, mas somente chegou a missão de preservação de patrimônios culturais, devido ao sentido que este possui para a memória social da capital paraense.

Mais, como já foi discutido, hoje este guarda e preserva patrimônios culturais que retratam a riqueza mineral da região amazônica, isto é, gemas, pedras preciosas,

---

<sup>5</sup> Considerado objetos de adorno, amuleto e objeto protetor nas atividades de caça e pesca, é encontrado nas formas batráquias e cilíndricas (MUSEU DE GEMAS DO PARÁ, 2017).

semipreciosas, ouro e equipamentos utilizados no garimpo, entre outros, dos quais contam a história da exploração mineral nesta região.

Um fato a ser destacado é que o acervo é de livre acesso ao público, contudo, o MGP não autoriza fotos no seu interior por medida de segurança e devido ao alto valor da maioria de suas peças. O “Espaço São José Liberto” se encontra localizado na Praça Amazonas, s/n, bairro Jurunas, Belém.

#### 4.7.2 As práticas de preservação

**Quadro 9** - Práticas de preservação identificadas no Museu de Gemas do Pará.

<b>Conservação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Incidência de luz indireta no acervo;</li> <li>▪ Higienização do acervo.</li> </ul>
<b>Seleção</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A critério da instituição.</li> </ul>
<b>Aquisição</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Compra, doação e permuta.</li> </ul>
<b>Processamento técnico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Registro em inventário.</li> </ul>
<b>Pesquisa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Agendamento.</li> </ul>
<b>Acesso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Monitoramento</li> </ul>
<b>Disseminação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Redes sociais, jornais impressos e televisivos e <i>site</i> do SIM.</li> </ul>
<b>Segurança</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Monitoramento por câmeras de vigilância;</li> <li>▪ Extintores de incêndios.</li> </ul>

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

No Museu de Gemas do Pará, identificamos primeiramente a prática de preservação que condiciona o acervo, ou seja, a **Conservação**. Esta envolve a incidência de luz sobre o acervo e a higienização do acervo.

No que é atinente ao controle de temperatura, o museu não possui aparelhos específicos para o condicionamento do acervo, no entanto, observou que o museu possui aparelhos de ar condicionados.

Quanto a incidência de luz sobre o acervo, esta é notável, pois os raios de luz não atingem diretamente as peças do acervo, principalmente, as peças do acervo arqueológico, que não ficavam expostos a luz, algumas estavam totalmente em suporte que não recebia luz

alguma. No referente à higienização do acervo, foi notável de se perceber, pois o acervo estava totalmente limpo, apresentando uma total higiene das peças.

Para composição do acervo, o Museu de Gemas do Pará realiza a prática da **Seleção** e da **Aquisição**. Ambas acontecem a critério da administração do museu e o resultado dessa prática proporciona a Aquisição, que nesta instituição identificamos de três formas: compra, doação e permuta.

As práticas descritas foram observadas em decorrência de, próximo as peças do acervo, estarem expostas informações sobre o tipo de aquisição. Portanto, qualquer visitante do museu percebe a origem das peças do acervo.

Quanto ao **Processamento Técnico**, observou-se cientificamente que a instituição-memória tem controle de registro de peças, através de inventário.

A **Pesquisa** e o **Acesso** são práticas controladas pelo Museu de Gemas através do agendamento e monitoramento. Algumas pesquisas devem ser solicitadas junto ao Sistema de Integração de Museus e Memoriais, que ao autorizar disponibilizará o acesso ao usuário. Saliente-se que, para esta pesquisa não foi necessária a formulação de uma solicitação.

As práticas iminentes foram identificadas durante as visitas ao museu, pois ao adentrar na instituição buscaram-se informações sobre estas práticas e um funcionário se propôs a informar sobre elas. Contudo, o visitante antes de adentrar ao museu recebe informações sobre como manter o acervo preservado, bem como a impossibilidade de fotografar o acervo.

Inerente à prática da **Disseminação** da informação, ela é fundamental para que os usuários se mantenham informados sobre serviços de preservação realizados dentro do museu. Para isso, as informações são disseminadas por Redes sociais, jornais impressos e televisivos e através do site do Sistema Integrado de Museus e Memoriais. Neste parâmetro, todas as instituições-memórias subordinadas ao SIM, seguem o mesmo padrão de disseminação de informações sobre seus acervos.

A última prática identificada foi a **Segurança**, que ocorre através de monitoramento em todos os compartimentos do museu via câmeras vigilância e, embora a Política de Preservação do MAST, demonstre que há um sistema de combate a incêndio, observou-se que este não é compreendido em sua totalidade no MGP, mas por outro lado, observou-se a presença de extintores de incêndio (H<sub>2</sub>O e CO<sub>2</sub>).

Isso posto, pode ser inferido que as instituições que estão vinculadas ao Sistema Integrado de Museus e Memoriais realizam quase as mesmas práticas de acordo com o que foi supra explicitado.

## 4.8 Centro de Memória da Amazônia

**Imagem 9** - Faixada do Centro de Memória da Amazônia



Fonte: <http://bloggerdocma.blogspot.com.br/2013/04/centro-de-memoria-da-amazonia.html>

### 4.8.1 Caracterização do Centro de Memória da Amazônia

No contexto do século XX, a instituição Centro de Memória da Amazônia, surge a partir da iniciativa do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE-PA), no momento em que convoca algumas instituições locais para manifestarem o interesse e responsabilidade pelo “arquivo inativo” do mesmo.

A Universidade Federal do Pará (UFPA) interessou-se pela guarda dos documentos e em 31 de janeiro de 2007, junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará, assinou convênio para criação de uma infraestrutura para guarda, conservação e organização do acervo.

É constituído, então, o Centro de Memória da Amazônia, que passou a ser operacionalizado. Com a edição da Resolução n. 622 do Conselho Universitário, de 31 de março de 2009.

O prédio que abriga o CMA teve a missão de servir de gráfica universitária para a Universidade Federal do Pará, porém, esta missão foi interrompida após a confirmação que a UFPA assumiria a responsabilidade pelo acervo inativo do TJ/PA.

Por essa razão, o prédio do CMA passa a assumir a competência para, “desenvolver atividades relativas à produção, preservação, divulgação e discussão da memória histórica e sociocultural” descrito em seu regimento interno<sup>6</sup>.

O acervo do CMA é composto por livros e documentos textuais de origem cível e criminal do século XVII a 1970. Nesta conjuntura, o acervo é dividido entre obras raras, onde é reservada uma parte do acervo para este tipo de obras, e os documentos textuais, em que estão organizados em arquivos rolantes. A imagem 18 é referente a um dos documentos o qual o CMA possui em seu acervo.

**Imagem 10** - Livro "Rol dos Culpados" (CMA)



Fonte: Fotografia cedida pelo arquivista Mauro Porfírio (CMA), 2017.

O livro “Rol dos Culpados” está entre as obras raras do CMA, no momento ele passa por processamento técnico e, espelha o tipo de documento que a instituição preserva. Reporte-se que, o arquivista responsável pela catalogação do acervo ressaltou que este livro, entre outros, está sendo registrado no inventário que está sendo construído no centro e, em breve estará disponível.

<sup>6</sup> Regimento do Centro de Memória da Amazônia, disponível em: <http://www.ufpa.br/cma/regimento.html>.

No CMA existem projetos, divididos por assuntos, por exemplo:

- a) O “Projeto Imigração”, que trata de documentos sobre registros de casamento civil e processos criminais entre os séculos XIX e as primeiras décadas do século XX, referentes aos imigrantes que viveram na cidade de Belém;
- b) O “Projeto Inquisição”, que trata de documentos sobre o Tribunal do Santo Ofício de Lisboa e relacionado ao antigo Estado do Maranhão e do Grão-Pará;
- c) O Projeto “Inventário”, que é organizado por cartórios e seus respectivos processos;
- d) O Projeto “Alistamento Eleitoral”, que está dividido em “Comarca da Capital-Alistamento Eleitoral” e “Comarca do Interior-Alistamento Eleitoral Completo”.

As fontes de natureza cível referem-se aos testamentos, inventários, ações de liberdades de escravos e divórcio, enquanto que os processos criminais referem-se a assuntos como, defloração, bigamia, sedução, lesão corporal, homicídio, aborto, roubo, estelionato, vadiagem, capoeiragem, curandeirismo, entre outros.

Em relação às atividades do CMA, este possui as seguintes:

- 1 – Guarda, organização e disponibilização de acervos documentais;
- 2 – Conservação e organização do acervo e divulgação ao público em geral;
- 3 – Ações pedagógicas, para debater a importância da memória social, através de palestras, teatro, filmes e exposições, divulgando a memória da Amazônia.

A missão institucional do CMA é salvaguardar, preservar, divulgar, disponibilizar e proceder a gestão documental, preservando um passado que faz a ligação entre o presente e o futuro. Quer dizer, este representa “mais que um arquivo num prédio antigo, o CMA é um centro cultural, voltado ao grande público – principalmente as crianças e jovens” (VIEIRA JUNIOR, 2007, p. 6).

O CMA “não é apenas um lugar de produção do conhecimento acadêmico, mas um lugar onde se tem encontro marcado com o passado através de diversificadas atividades culturais” (VIEIRA JUNIOR, 2007, p. 6).

Ou seja, esta instituição-memória preserva aquilo que se caracteriza como um produto da memória, ou seja, os patrimônios culturais que dão sentido à memória, os quais se fossem destruídos em sua totalidade, extinguiria a composição do futuro, já que a identidade é fruto de um passado, compreendido no presente e no futuro.

Por fim, o CMA está localizado na Travessa Rui Barbosa n. 491, bairro do Reduto, cidade de Belém.

#### 4.8.2 As práticas de preservação

**Quadro 10** - Práticas de preservação identificadas no Centro de Memória da Amazônia.

<b>Conservação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Higienização do acervo.</li> </ul>
<b>Aquisição</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Doação.</li> </ul>
<b>Processamento técnico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Registro em inventário.</li> </ul>
<b>Pesquisa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Agendamento.</li> </ul>
<b>Acesso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Monitoramento.</li> </ul>
<b>Disseminação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Redes sociais, jornais impressos e televisivos e <i>site</i> do SIM.</li> </ul>
<b>Treinamento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Funcionários.</li> </ul>
<b>Restauração</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Bolsistas.</li> </ul>
<b>Segurança</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Monitoramento por câmeras de vigilância;</li> <li>▪ Extintores de incêndios.</li> </ul>

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Na pesquisa de campo realizada no recinto do CMA, foi possível identificar algumas práticas de preservação. A primeira delas foi a **Conservação**, nela, a higienização do acervo é a única que é realizada, pois no momento da visita estavam sendo executadas por alguns funcionários.

A outra prática foi o **Processamento Técnico**, observou-se cientificamente que a instituição-memória tem controle de registro de peças, através de inventário. Durante a pesquisa, o Arquivista da instituição informou sobre a construção de um guia para o usuário. O guia terá como objetivo, orientar aos usuários do CMA sobre as formas corretas de manuseio dos documentos.

Em relação à **Pesquisa** e o **Acesso**, estas são práticas de preservação controladas pelo CMA, sendo que, a Pesquisa ocorre após agendamento, enquanto que, o Acesso é controlado por monitoramento e através de um sistema denominado Sistema *Chronos*, em que somente é possível de ser acessado dentro do CMA.

O usuário deve agendar sua visita e informar sobre o que deseja pesquisar, tudo para manter o controle das pesquisas dentro da instituição e atentando para os cuidados extremos que devem tomar os usuários com os documentos. Alerta-se para a questão da prática da catalogação, que é uma ação que dará aos usuários acesso às informações, estarem estagnada,

pois a instituição não possui profissional para realizar a manutenção do sistema, embora, mesmo nestas condições, o sistema ainda possa ser acessado.

A prática da **Disseminação** das informações do CMA, é realizada para que pesquisadores se mantenham informados sobre o que ocorre dentro da instituição, como esta possui um calendário de programação, que envolve seminários, cursos, oficinas, entre outros, sobre a temática da preservação da memória social, as informações são divulgadas através do site e das Redes sociais.

Além disso é realizado o **Treinamento**, que visa capacitar os funcionários da instituição em como manusear os documentos e sobre a preservação do acervo, prática que ocorre através de cursos sobre a temática da preservação de acervo históricos.

Concretamente, o treinamento serve para a prática da **Restauração**, a qual, funcionários, no caso bolsistas graduandos do curso de História da Universidade Federal do Pará, são os responsáveis pela restauração dos documentos da instituição, que ocorre a critério da demanda, no entanto, estes realizam tão atividade após a realização de cursos de capacitação.

Quanto à **Segurança**, esta prática é primordial para acervos históricos, pois os mesmos já sofreram com as ações do tempo e esta assegurará a vigilância que de fato é importante para acompanhar o acervo. Nesse foco, a Segurança dentro do CMA, tem como finalidade monitorar todos os quatros cantos do arquivo e onde estão arquivados os documentos, não esquecendo toda a estrutura do CMA. Assim, a segurança ocorre por meio de câmeras de vigilância, e, embora a Política de Preservação do MAST, demonstre que há um sistema de combate a incêndio, observou-se que este não é compreendido em sua totalidade no CMA, mas por outro lado, observou-se a presença de extintores de incêndio (H<sub>2</sub>O e CO<sub>2</sub>).

Por fim, não identificou-se algumas práticas que são fundamentais para manter a preservação dos documentos históricos, neste caso, o controle de temperatura. Identificou-se ainda, a falta de aparelhos desumidificadores, além de películas ou cortinas sobre as janelas, neste caso, a luz solar um agente físico que pode danificar os documentos, entra diretamente pelo lado direito do acervo, sendo um agravante para os documentos. Através da imagem 19 é notável observar a falta de cortinas favorecendo a proliferação de agentes físicos e biológicos. Ainda através da imagem, é possível notar um sistema de condicionamento e acervo, no entanto, somente foram instalados, mas não funcionam.

**Imagem 11** - Acervo do CMA e a falta de proteção contra os raios solares.



Fonte: Dados da Pesquisa. Fotografia: MARTINS, Eliane Epifane, 2017.

Sintetizando, notou-se que as práticas de preservação do acervo do Centro de Memória da Amazônia, estão caminhando de forma demorada. Na instituição há apenas um Arquivista, e, este profissional, juntamente com os bolsistas e outros funcionários, realizam as práticas de preservação dos patrimônios culturais do CMA.

#### **4.9 Estratégias de Preservação dos Patrimônios Culturais das Instituições-Memória de Belém**

Para identificação das estratégias de preservação das instituições-memória, primeiramente foi conduzido às instituições solicitações requerendo as informações. Após parecer favorável ao comparecimento, direcionou-se às instituições para obtenção das informações.

As estratégias de preservação dos patrimônios culturais das quais são referidas neste capítulo, estão direcionadas à aquisição de informações sobre como cada instituição-memória

adquire recursos financeiros para manterem seus acervos preservados. Para obtenção dessas informações, foi necessário adentrar ao recinto das instituições e realizar entrevistas livres com a direção ou os responsáveis pelo setor de conservação e restauração destas.

O prédio que abriga o Museu de Arte de Belém recebeu uma restauração em abril de 1992, esta era constituída de profissionais externos e de dentro Prefeitura de Belém. A restauração abrangeu a arquitetura do prédio e sua decoração, mas o acervo do museu não fez parte deste processo. Ressalte-se que, em termos de estratégias de preservação dos patrimônios culturais, a ocorrência observada foi somente o tombamento das peças do acervo.

As estratégias de preservação dos patrimônios culturais do MABE, sempre dependeram de recursos financeiros, mas estes não chegam diretamente ao museu. Segundo a restauradora, Waldereis Araújo (MABE), não há estratégias de preservação específicas para preservação dos patrimônios culturais.

Quando o setor de restauração necessita de materiais para restaurar algumas peças do acervo, é feito um laudo sobre os danos dos bens culturais e encaminhado para a Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL), que é instituição responsável pelo museu e fomenta a arte, a cultura, o esporte e o patrimônio histórico da cidade de Belém, dispondo de 2% do seu orçamento anual, e é quem recebe as solicitações encaminhadas pelo setor de restauração do MABE e, encaminha os materiais necessário para reparar os danos.

Percebeu-se, assim, que, o MABE depende especificamente de recursos financeiros advindo da Prefeitura de Belém, e o referente às estratégias de preservação, necessita contar com o burocrático orçamento prévio desses recursos. Não há um empenho a mais, para a preservação dos patrimônios culturais salvaguardados por esta instituição-memória. O setor de restauração apenas realiza a restauração do acervo, não há um plano emergente para a preservação deste acervo, se caso acontecer algum dano provocado pela falta de conservação, a instituição deverá recorrer a FUMBEL.

No momento da pesquisa não se contatou a FUMBEL para saber mais além dessas informações, pois o prédio em que a mesma funciona, não é próximo à instituição, sendo que, o objetivo da pesquisa se atém a identificá-las dentro da instituição-memória, no caso o MABE.

As instituições-memória vinculadas ao governo estadual são gerenciadas pelo Sistema Integrado de Museus e Memoriais (SIM), que é destinado a sistematização e geração de políticas museológica e integrado a Secretaria Executiva de Estado de Cultura do Pará (SECULT). O SIM tem como foco “a socialização dos bens de caráter histórico, artístico, estético e cultural, envolvendo as ações de preservação, conservação, restauração, educação e

pesquisa” (DECRETO N. 1.434/2004), sendo o mediador das estratégias de preservação das instituições-memória neste âmbito.

Nas instituições-memória do SIM como o Museu do Estado do Pará, Museu do Círio, Museu do Forte do Presépio, Museu de Arte Sacra e Museu de Gemas do Pará, a entrevista ocorreu com a responsável pelo setor de conservação e restauração, Renata Maués (SIM/SECULT), a qual informou que as estratégias criadas para preservação dos acervos, dependem de um orçamento que é planejado e repassado a Secretaria de Cultura do Estado do Pará (SECULT), através do setor de recursos materiais do sistema.

Nesse metier, os recursos financeiros não chegam aos setores, pois vem em forma de materiais, então tudo que é destinado a manter a preservação deverá estar incluído em um orçamento, e, ser repassado ao setor de materiais que realiza os tramites para compra.

O Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), que possui vínculo com o SIM, mas que, conforme informações obtidas por meio de entrevista com o diretor, Leonardo Torii, também realiza suas próprias estratégias para manter seus patrimônios culturais preservados, não dependendo somente de recursos advindos da SECULT.

A formulação de projetos culturais é a principal estratégia do APEP, pois visa captar recursos financeiros para compra de materiais. A direção junto com uma comissão formada por funcionários empenha-se em construir projetos, como a proposta da preservação da memória social. Destaque-se que, alguns projetos foram premiados, e as premiações vieram em forma de recursos financeiros, que foram aplicados na compra de equipamentos para manter a preservação dos documentos.

Um projeto importante formulado pela instituição e encaminhado a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ganhou o selo do programa “Memória do Mundo”, a premiação deste projeto possibilitou investimentos em equipamentos como a compra de computadores, impressoras, scanners, papéis específicos para conservação dos documentos, contratação de bolsistas, além de materiais específicos para restauração do acervo. Conforme a direção do Arquivo Público, os projetos são formulados especialmente para captação de recursos, pois sem estes, não haveria verbas suficientes para preservação do acervo.

Dessa maneira, todas as estratégias de preservação dos patrimônios culturais salvaguardados pelas instituições-memória gerenciadas pelo Sistema Integrado de Museus e Memoriais, são organizadas e preveem o futuro, estando condicionada a questões burocráticas, mas que, empenham-se em desenvolver o seu papel de gerenciador quando o assunto é preservação. A demora em realizar alguns reparos nos equipamentos para realização

das práticas da preservação dos acervos dentro das instituições, é devido a forma burocrática que são impostas para a compra de materiais, sendo que, a grande missão institucional do SIM é preservar a memória social da cidade de Belém, além de, contribuir para a divulgação dessa memória via pesquisas que ampliaram o conhecer as instituições-memória de Belém.

Na pesquisa desenvolvida no Centro de memória da Amazônia a entrevista ocorreu com o Arquivista Mauro Porfírio. O mesmo disponibilizou-se a informar sobre as estratégias de preservação dos patrimônios culturais salvaguardar pela instituição.

Ficou constatado que, o Centro de Memória da Amazônia desenvolve parcerias com instituições nacionais e internacionais. Não se obteve informações sobre estas parcerias, sobre se estas instituições interagem com o objetivo de arrecadar estrategicamente, recursos financeiros para preservação dos patrimônios culturais do CMA. O arquivista Mauro Porfírio (CMA/UFPA), não soube informar sobre como ocorrem essas parcerias, mas, informou que, seminários, cursos e oficinas já foram oferecidos a funcionários e bolsistas, a fim de capacitá-los para o tratamento dos documentos dentro da instituição.

Segundo ele a instituição não possui outras estratégias de preservação, somente recebe recursos materiais advindos da UFPA, quando solicitado algum tipo de material, mas desde que, esteja dentro do orçamento da instituição, não informando o percentual.

Outro fato, é que o CMA está em processo de reestruturação do seu quadro de funcionários, e alguns foram nomeados recentemente, inclusive o próprio arquivista, em vista disso, desenvolvendo lentamente tanto as práticas de preservação quanto as estratégias.

Concluindo, o CMA já foi mais ativo em relação a estratégias de preservação, mas como está passando por um momento de transição em relação a sua gestão, alguns fatores dificultam o desempenho e a formulação das estratégias. Ressalte-se a importância dessa instituição-memória para todo o Estado do Pará, devido seu acervo histórico ser constituído de documentos relativos à memória de toda a região.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho pertinente teve uma consecução exitosa ao alcançar seu objetivo geral que se traduziu em um estudo sobre as “Práticas de preservação da memória social nas instituições-memória da cidade de Belém (Pará)”.

Também logrou êxito em seus objetivos específicos ao: - Mapear as instituições-memória na cidade de Belém, - Compreender do ponto de vista histórico as funções e objetivos das instituições-memória da cidade de Belém (Pará), - Identificar as práticas de preservação do patrimônio cultural adotadas por estas instituições-memória e - Traçar as estratégias de preservação do patrimônio cultural das instituições-memória, considerando a distribuição espacial.

Neste sentido, a investigação se direcionou para a verificação de responder aos problemas evidenciando quais são as instituições-memória existentes na cidade de Belém? Quais os tipos de acervos que estas possuem? E, quais as práticas e estratégias de preservação adotadas por estas instituições-memória na salvaguarda dos patrimônios culturais alocadas em seus recintos?

A resposta alcançada comprovou a ampliação dos conhecimentos pertinentes sobre como as instituições-memória, preservam os patrimônios culturais os quais estão salvaguardados por elas. Neste sentido, os objetivos propostos mostram a realidade das instituições-memória e suas reais práticas de preservação da memória social.

Concluiu-se que, as instituições-memórias da cidade de Belém, não detêm documentos formais, ou seja, regimentos ou estatutos, que definam suas missões institucionais e que o usuário possa acessar, analisar e compreender o real papel destas.

Entretanto, deve ser dito que durante as pesquisas de campo e, por intermédio das entrevistas, foi observado o esforço daqueles que trabalham nestas instituições para repassarem as informações que culminaram com a identificação das missões das instituições, pois se dispuseram a explicar seus papéis sociais de preservadores da memória social.

Quanto ao objetivo de caracterizar as instituições-memória, conclui-se que, muitas informações divergiam, no que diz respeito, ao ano de fundação de algumas instituições. Várias vezes entrou-se em conflito quanto a datas, mas, demandou-se pesquisas em teses e dissertações, a qual possibilitou a constatação da existência de alguns estudos que traçavam uma a ordem cronológica da constituição das instituições estudadas.

Nesta acepção, identificou-se que, as práticas de preservação dos patrimônios culturais se diferenciam, de acordo como enfoque da instituição, já que em algumas há a preocupação com a questão da conservação e, em outras, não. Algumas instituições tratam de dirimir os problemas acarretados pela forma com que a luz reflete sobre o acervo e, outras, não. Neste diapasão, inferiu-se que, as práticas de preservação das instituições-memória da cidade de Belém, não atendem completamente aos princípios de uma política de preservação,

Outro contexto advindo da pesquisa foi o de que não se encontrou documentos especificando suas práticas. Em vista disso, houve a necessidade de se recorrer à política de preservação do MAST, cuja resultante, tornou plausível se embasar nos princípios descrito na política, conjuntamente à realização das observações no recinto das instituições. Dessa forma, ficou patente que sem uma política de preservação, as práticas ficam dispersas, mas não significa que não existam.

No que concerne às estratégias de preservação dos patrimônios culturais, concluiu-se que estas são difíceis de serem encontradas, pois o poder público investe pouco quando o assunto é preservação de acervos. Nas instituições vinculadas ao governo estadual, somente foi possível constatar, a partir da execução de uma entrevista com a restauradora do SIM.

Ademais, foi visto que as maiorias das instituições realizam o processo burocrático para obtenção de recursos, ou seja, atuam encaminhando solicitações para os setores responsáveis pela compra de materiais e aguardam a chegada. Não há estratégias imediatas que atendam ao objetivo da preservação dos patrimônios culturais.

Ressalte-se que, no decurso da pesquisa de campo no APEP, constatou-se que, esta é a única instituição que realiza estratégias de preservação sem que perpassa pelas ações burocráticas dos setores de recursos materiais, pois a direção da instituição junto com seus funcionários constrói seus próprios projetos culturais, visando a captação de recursos para manter seu acervo preservado.

Assim, o objetivo de apresentar as estratégias de preservação dos patrimônios culturais das instituições-memória da cidade de Belém, foi atingido no momento que, as instituições se dispuseram a responder sobre o assunto, e, também, percebeu-se que, criar estratégias para preservação de acervos memorialísticos é uma tarefa que depende da instituição e dos órgãos ao qual estão vinculados.

Assim, compreendeu-se que, cada instituição antes de se tornar uma instituição-memória possuía missões e objetivos diferenciados, da mesma maneira que, algumas não transcorreram de fatos históricos, mas foram criadas especialmente para preservar um patrimônio, como exemplo tem-se, o Museu do Círio e o Centro de Memória da Amazônia.

Há as instituições que passaram por períodos históricos bastante conturbados, que seguem na memória da sociedade paraense. Suas funções e objetivos no passado atendiam a interesses políticos e econômicos, foram protagonistas de lutas sociais, possíveis de serem constatadas através de visitas as instituições e que só nelas existem. Portanto, foram transformadas em instituições-memória por preservarem o produto da memória.

Desse modo, a pesquisa apresenta a realidade da cidade de Belém quanto a preservação de suas instituições-memória e seus acervos memorialísticos, produzindo um saber maior inerente às práticas de preservação dos patrimônios culturais das instituições-memória da cidade de Belém.

Como sugestão, podem ser desenvolvidos outros estudos, aumentando o campo investigado de outras instituições-memória, e, a partir daí pode-se criar uma rede memorial na cidade de Belém, com vista a constituição de uma política de preservação de acervos, considerando as condições físicas ou climáticas do Estado do Pará.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 34-48.
- ARAÚJO, Renata Malcher de. O presépio da feliz Lusitânia. In: PARÁ. SECRETARIA EXECUTIVA DE CULTURA. **Feliz Lusitânia: forte do presépio, casa das onze janelas, casario da rua padre champagnat**. Belém, PA: SECULT, 2006. Pará: 502 p. (Série Restauro; 4).
- ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru, SP: Edusc, 2006. 592p.
- ASSMANN, Almeida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, SP: Unicamp, 2011.
- AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Informação e memória: as relações de pesquisas. **Revista História em Reflexão**, v. 1, n.2, jul/dez., 2007. 20 p.
- BAUBIER, Arlete Sandra Mariano Alves; REIS, Maria Amélia Gomes de Souza. Diversidade cultural em museus e preservação do patrimônio na amazônia. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 23 jun. 2016.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Documento, informação e meios institucionais de custódia e de disseminação. In: **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991. 198 p. Cap. 2
- BRITO, Rosangela. Museu de Arte de Belém. In: BELÉM. Prefeitura Municipal. Fundação Cultural do Município de Belém. **Museu de arte de Belém (MABE): tempo passado/tempo presente: acervo do museu de arte de Belém**. Belém: MABE/Ministério da Cultura. 1997.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru: Edusc, 2004.
- CAMARGO, Célia Reis. **A construção da memória na sociedade global**. Identidades sociais: local x global. UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 2, n. 2, 2006. Disponível em: <<file:///C:/Users/Carlos%20Alexandre/Downloads/28-671-1-PB.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2016.
- CASSARES, Norma Cianflone. **Como fazer preservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000. Disponível em: <[http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas\\_colecao\\_como\\_fazer/cf5.pdf](http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf5.pdf)>. Acesso em: 7 out. 2016.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAGAS, Mário. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, Campo Grande, v. 19, n. 9, p. 35-97, 1997.

COELHO, Alan Watrin; COELHO, Geraldo Mártires. Visibilidade e encobrimento do monumentum jesuítico em Belém. In: PARÁ. SECRETARIA EXECUTIVA DE CULTURA. **Feliz lusitânia: museu de arte sacra**. Belém: PA: SECULT, 2005. 308p.

\_\_\_\_\_. O projeto feliz Lusitânia. In: PARÁ. Secretaria Executiva de Cultura. **Feliz Lusitânia: museu de arte sacra**. Belém: SECULT, 2005. 308 p. (Restauro 3)

COELHO, Geraldo Mártires; COELHO, Alan Watrin; AGRASSAR, Ingrid. Forte do castelo: cenários e enredos culturais. In: PARÁ. SECRETARIA EXECUTIVA DE CULTURA. **Feliz Lusitânia: Forte do Presépio, Casa das Onze Janelas, Casario da Rua Padre Champagnat**. Belém, PA: SECULT, 2006. Pará: 502 p. (Série Restauro; 4). ISBN 978-85-7313-059-8.

COMITÊ BRASILEIRO DO INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. **Código de ética para museus**. Tradução do Comitê Brasileiro do International Council of Museums, [xxxxx], [2005]. Disponível em: <

<http://www.ufpa.br/museufpa/images/c%3%B3digo%20C3%A9tica%20ICOM.pdf>>.

Acesso em: 20 set. 2016.

CONWAY, Paul. **Preservação no universo digital**. Tradução José Luiz, Pedersoli Júnior, Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

CORDEIRO, Veridiana Domingos. Influências de Émile Durkheim e Henri Bergson nas tensões teóricas da teoria da memória coletiva de Maurice Halbwachs. **Primeiros Estudos**, São Paulo, n. 4, p. 101-111. 2013. Disponível em: <

<http://www.revistas.usp.br/primeirosestudios/article/view/56729>>. Acesso em: 1 de março de 2017.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. **Patrimônios bioculturais: ensaios de antropologia do patrimônio cultural e das memórias sociais**. São Luís: Edufma, 2008. 220 p.

COSTA, Heloisa H. F. Gonçalves da. Atribuição de valor ao patrimônio material e imaterial: Afinal, com qual patrimônio nos preocupamos?. In: CARVALHO, Claudia S. et al. **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico nacional, 2008. p. 119-129.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

DERENJI, Jussara da Silveira. Palácio Antônio Lemos. In: FUNDAÇÃO CULTURAL DE BELÉM. **Museu de arte de Belém: memória & inventário**. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 1996.

DODEBEI, Vera. Memória, circunstância e movimento. In: Gondar, J.; DODEBEI, V. (Orgs.). **O que é memória social?**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

\_\_\_\_\_. **O sentido e o significado de documento para a memória social**. 1997. 184 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1997.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Reflections on Culture, heritage and Preservation. **Vibrant, Virtual Braz. Anthr.**, Brasília, v. 10, n. 1, p. 77-94, jan./june 2013.

FRAGOSO, Ilza da Silva. **Instituições-memória**: modelos institucionais de proteção ao patrimônio cultural e preservação da memória na cidade de João Pessoa, PB. 2009. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. O museu como patrimônio, a república como memória: arte e colecionismo em Belém do Pará (1890-1940). **Antítese**, v. 7, n. 14, p. 20-42, jul. - dez. 2014. Disponível em: <  
<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/viewFile/20524/15661>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990. (Coleção Ensaio e Teoria).

GUIMARÃES, Lygia. Preservação de acervos culturais. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e (Org.). **Segurança de acervos culturais**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O espírito e a matéria: o patrimônio enquanto categoria de pensamento. In: \_\_\_\_\_. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

\_\_\_\_\_. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 21-29.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006. 224 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (BRASILIA, DF). **Guias dos museus brasileiros**. Brasília, DF: IBRAM, 2011.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Carta de Veneza**. 2014. Disponível em: <

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Decreto-Lei N° 25, DE 30 de Novembro de 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Disponível em:

<<[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_no\\_25\\_de\\_30\\_de\\_novembro\\_de\\_1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf)>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

INTERNATIONAL PRESERVATION ISSUES. **Principles for the care and handling of library material**. INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 1998. Disponível em: < <http://www.ifla.org/files/assets/pac/ipi/ipi1-en.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2016.

LOUREIRO, J. M. M.; LOUREIRO, M. L. N. M. Museus e divulgação científica: singularidades da transferência da informação científica em ambiente museológico. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DA INFORMAÇÃO, 7., 2007. **Anais...** Salvador, 2007.

MARQUES, Isabel da Costa. **O museu como sistema de informação**. 2010. 165 f. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Universidade do Porto. Lisboa, 2010.

MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, 1, 2009. **Anais...** Ouro Preto, 2009.

MILEVSKI, R. J. **Manual de pequenos reparos em livros**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/cpba\\_13\\_1253283779.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/cpba_13_1253283779.pdf)>. Acesso em: 29 set. 2016.

MIRANDA, Cybelle Salvador. **Cidade velha e feliz lusitânia: cenários do patrimônio cultural em Belém**. 265f. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. **Política de Preservação de Acervos Institucionais**. Disponível em: <<[http://www.mast.br/pdf/politica\\_de\\_preservacao\\_de\\_acervos\\_institucionais.pdf](http://www.mast.br/pdf/politica_de_preservacao_de_acervos_institucionais.pdf)>>. Acesso em: 30 set. 2016.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. **A documentação como ferramenta de preservação da memória: cadastro, fotografia, fotogrametria e arqueologia**. Brasília, DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2008. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec7\\_DocumentacaoComoFerramenta\\_m\(2\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec7_DocumentacaoComoFerramenta_m(2).pdf)>. Acesso em: 7 out. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial natural e cultural**. 1972. Disponível em: <<[www.whc.unesco.org](http://www.whc.unesco.org)>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

PACHECO, Agenor Sarraf; TORII, Leonardo. Um guardião em teias: caminhos e sentidos na criação do arquivo público do Pará. **Revista de Estudos Latinoamericanos**. Nueva Época (Sevilla), n. 2, p.216-258, jul-dez, 2015. Disponível em: <>. Acesso em: 7 out. 2016.

PARÁ. Secretaria de Estado de Cultura. **Museu do Círio**. Belém, PA: SECULT, [1994?]. Não paginado.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; GRANATO, Marcus. Para pensar a interdisciplinaridade na preservação algumas questões preliminares. In: SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da (Org.). **Preservação documental: uma mensagem para o futuro**. Salvador : EDUFBA, 2012.

PINHEIRO, Marcos José de Araújo. **Museus, memória e esquecimento: um projeto de modernidade**. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004. 262 p. (Coleção Engenho & Arte, v. 7).

PINTO, Rosângela Gouvêa. **O estado da arte do setor de gemas e joias no município de Belém-Pará**, 2012. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local).

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 49-58.

\_\_\_\_\_. Preservação como prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. Disponível em: <  
[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Preserva%C3%A7%C3%A3o%20pdf\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Preserva%C3%A7%C3%A3o%20pdf(1).pdf)>. Acesso em: 8 set. 2016.

SANTOS, Maria Célia Teixeira M. A preservação da memória enquanto instrumento de cidadania. **Cadernos de museologia**, n. 3, 1994. p.67-78. Disponível em: <  
<http://recil.ulusofona.pt/bitstream/handle/10437/3522/A%20PRESERVA%C3%87%C3%83O%20DA%20MEM%C3%93RIA.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 7 out. 2016.

SILVA, Mariana Estellita Lins. A arte contemporânea e o museu: desafios da preservação para além do objeto. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE – UNICAMP. Campinas, SP, 7, 2011. **Anais...** p.305-309. Disponível em: <  
<http://www.unicamp.br/chaa/eha/atas/2011/Mariana%20Estellita%20Lins%20Silva.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de; CRIPPA, Giulia. A materialidade do patrimônio intangível. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16, 2015. **Anais...** João Pessoa, 2015.

TEIXEIRA, Clotildes Avellar; REIS, Alcenir Soares dos. Informação e patrimônio cultural imaterial: uma proposta de cidadania digital. **Revista Eptic**, v.15 n. 2 p. 200-215, maio/ago, 2013. Disponível em: < <http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/viewFile/949/821>>. Acesso em: 20 out. 2016.

VIEIRA JUNIOR, Antônio Otaviano. **Centro de memória da Amazônia**: UFPA. Belém: Universidade Federal do Pará, [2007].

VON SIMSON, Olga. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento: o exemplo do centro de memória da Unicamp. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação**. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000. (Coleção Memória da Educação)

WILHELM, Vera Regina Barbuy. **A arte mural e a prática da preservação**. 254f. 2011. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Urbanismo Arquitetura, Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <  
[file:///C:/Users/admin/Downloads/Tese\\_Vera\\_Wilhelm\\_Revisada.pdf](file:///C:/Users/admin/Downloads/Tese_Vera_Wilhelm_Revisada.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2016.